Jornal **O DIA** SP

www.jornalodiasp.com.br | SEXTA-FEIRA, 8 DE ABRIL DE 2022 | Nº 25.132 | Preço banca: R$ 3,50

Conta de luz cairá 18% sem pôr empresas em risco, diz ministro

O fim da tarifa extra para as contas de luz poderá fazer as contas dos consumidores residenciais cair 18% no próximo mês, sem prejudicar a saúde financeiras das empresas de energia, disse na quinta-feira (7) o ministro da Economia, Paulo Guedes.

Em evento de lançamento de instrumentos de crédito do Banco do Brasil, o ministro declarou que a retirada da bandeira de escassez hídrica considerou os níveis dos reservatórios e não foi decidida com base em "canetadas".

"A conta de luz cai 18% no mês que vem, sem canetada, sem botar em risco as empresas, ao contrário", declarou o ministro. Segundo ele, a saúde das empresas do setor elétrico está recuperada, enquanto governos anteriores prejudicaram o setor com políticas intervencionistas.

Na quarta-feira (6) à noite, o presidente Jair Bolsonaro anunciou o fim das bandeiras tarifárias sobre as contas de luz. Por meio das redes sociais, o presidente informou que a recuperação dos reservatórios das usinas hidrelétricas fará o governo conceder bandeira verde para todos os consumidores de energia a partir de 16 de abril. Ele previu uma redução de cerca de 20% nas tarifas. Página 3

Saúde confirma primeiro caso de subvariante da Ômicron no país

Página 8

Futuro dos juros dependerá de guerra e outros choques, diz BC

Página 3

Trabalhador que não recebeu abono do PIS/Pasep pode entrar com recurso

Página 3

Audiências Públicas do Orçamento de 2023 estão abertas

Página 2

Capes disponibiliza 3.561 bolsas a 213 instituições de ensino superior

Página 8

Peru coloca Exército em rodovias conforme bloqueios continuam

O governo peruano ordenou na quinta-feira (7) que suas Forças Armadas patrulhem as rodovias pelos próximos 30 dias, em meio a protestos nacionais por conta de altas nos preços de alimentos e de combustíveis.

O país sul-americano está tomado por bloqueios de estradas há mais de uma semana, por causa da alta de preços, que dispararam desde a invasão da Ucrânia pela Rússia. O Peru enfrenta sua maior taxa de inflação em mais de um quarto de século.

O presidente peruano, Pedro Castillo, luta para trazer soluções significativas. Nesta semana, ele declarou um toque de recolher em Lima para tentar diminuir as perturbações, mas foi desafiado por milhares de pessoas, que tomaram as ruas em protestos que se tornaram violentos.

O governo cortou impostos sobre combustíveis, aumentou o salário mínimo e também propôs isenções de impostos sobre vendas para itens alimentares essenciais.

Castillo, que era um camponês e professor antes de assumir o cargo, também está em uma situação política vulnerável.

Sua taxa de aprovação mergulhou para 19%, uma mínima histórica de acordo com uma pesquisa Datum publicada na quinta-feira. Ele sobreviveu recentemente a um segundo pedido de impeachment em menos de um ano no poder. (Agencia Brasil)

BB lança crédito a caminhoneiros e títulos verdes a produtores rurais

Foto/Thomaz Silva/Abr

Página 8

Previsão do Tempo

Sexta: Dia de sol, com nevoeiro ao amanhecer. As nuvens aumentam no decorrer da tarde.

28º C
17º C

Manhã | Tarde | Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 4,75
Venda: 4,75

Turismo
Compra: 4,68
Venda: 4,92

EURO

Compra: 5,17
Venda: 5,17

Esporte

Kartismo: Pablo Hattori vai atrás de mais vitórias no Campeonato Goiano e Copa Goiás

Entusiasmado por ter efetuado quase cem ultrapassagens nas três últimas corridas em que participou, o goianiense Pablo Hattori (Sprayercom) irá para Rio Verde neste final de semana (09/4), onde estreará pela equipe Sprayercom/WCS Racing na segunda rodada dupla do Campeonato Goiano e da Copa Goiás de Kart da Cadete.

"Foi muito bom o que fiz até agora, mas não quero ultrapassar mais ninguém", brinca o piloto de apenas 10 anos de idade. "O um objetivo agora é largar da pole position, para ter a pista livre e não perder tempo pra vencer pela segunda vez consecutiva no Goiano", planeja o 'Japa Voador de Goiás'. No último final de semana, o atual vice-campeão goiano e da Copa Goiás da Cadete foi a sensação da categoria Cadete na Copa São Paulo Light de Kart, galgando 75 posições nas três largadas que fez. Na etapa anterior já tinha feito 23 ultrapassagens.

Na abertura do Campeonato Goiano e da Copa Goiás de Kart, realizada em fevereiro em Goiânia (GO), Pablo Hattori (Sprayercom) teve problema com o carburador de seu kart que encharcou na chuva e largou em último. Na primeira prova chegou a atingir a segunda colocação, mas foi obrigado a abandonar pelo mesmo problema. No encerramento da programação ele largou em último e venceu com folga.

Em seu novo time, o chefe da equipe goiana Sprayercom/WCS Racing está muito confiante no talento do 'Japa Voador de Goiás' e na retomada da parceria.

Foto/Erai Alves

O *kart de Pablo Hattori está bem preparado*

"Nossas expectativas são muito boas, pois no passado já trabalhamos juntos e sempre tivemos sucesso, fazendo pole e alcançando ótimos resultados em várias corridas. Vamos pra Rio Verde bem preparados e atrás da pole e vitória nas duas baterias", almeja Wellington Castro.

O Campeonato Goiano é composto de oito etapas em formato de rodada dupla, com uma tomada de tempos de 7 minutos, seguido de duas provas de 14 voltas, com pontuação separada. As quatro primeiras etapas serão válidas também pela Copa Goiás, enquanto as quatro últimas pontuam também pela Copa Centro-Oeste.

Confira a pontuação do Campeonato Goiano e da Copa Goiás de Kart: 1) Miguel Barbosa, 20 pontos; 2) Leonardo Muniz, 19; 3) João Marcelo, 17; Heitor Samora, 14; 5) Pablo Hattori, 13 pontos.

Victor Backes é o mais novo piloto da BRB Fórmula 4 Brasil

Foto/Divulgação

Victor *Backes vai estrear nos monopostos na BRB Fórmula 4 Brasil*

Victor Backes vai disputar a temporada inaugural da BRB Fórmula 4 Brasil Certificada pela FIA. Catarinense de 20 anos, o piloto vai ser um dos quatro representantes da KTF Sports e será o substituto do mineiro André Novaes, que deixa a categoria por motivos pessoais. Backes será companheiro de equipe de Álvaro Yoon Cho, Luan Lopes e Richard Annunziata.

Nascido em 29 de outubro de 2001 em Chapecó, Victor começou a correr com nove anos, mas aos 13 iniciou sua carreira de forma profissional no kartismo. Ao longo desta trajetória, Backes foi campeão do Sul Brasileiro de Kart, em 2017, e conquistou também o bicampeonato catarinense. Depois de uma pausa de dois anos, iniciada em 2019, o piloto retornou às pistas no ano passado para participação em campeonatos regionais e faturou o título do Campeonato Oeste-Catarinense de Kart.

Agora, Victor Backes se prepara para dar o maior passo da carreira ao fazer a transição do kartismo para os monopostos.

O maior desafio como piloto — "O automobilismo sempre foi e é meu sonho. Mas correr de Fórmula 4 será algo inexplicável. Nem acreditei quando recebi a ligação para fazer parte da categoria. Não vejo a hora, nunca tive contato com um carro de fórmula antes, mas estou confiante e acredito que vou me dar bem", disse o mais novo piloto da BRB Fórmula 4 Brasil.

Sobre o momento que se avizinha na carreira, o piloto define. "Acredito que seja o maior desafio da minha carreira por nunca ter corrido de fórmula e também por ter ficado dois anos longe das competições. Mesmo assim, sigo muito confiante e bem feliz".

Backes completa o grid dos 16 competidores que vão integrar a primeira temporada da BRB Fórmula 4 Brasil Certificada pela FIA. O primeiro fim de semana do campeonato está marcado para os dias 14 e 15 de maio com a rodada tripla do Velocitta, em Mogi Guaçu, interior de São Paulo.

Audiências Públicas do Orçamento de 2023 estão abertas

O cidadão paulista ou residente no Estado de São Paulo já pode contribuir com suas sugestões e necessidades para a construção do orçamento estadual de 2023. É uma oportunidade efetiva para tornar o orçamento mais próximo da sua realidade, ao colaborar com indicações que beneficiem a sua cidade, o local onde ele vive e trabalha.

Até o dia 14 de abril, os interessados devem acessar o site Audiências do Orçamento de São Paulo. O site, criado pelo Governo de São Paulo, reúne, ainda, todas as informações sobre as audiências e notícias relacionadas aos anos anteriores.

O processo é realizado eletronicamente e com um único login. O cidadão pode indicar as necessidades que considere prioridades para o orçamento do Governo de São Paulo. Para concluir seu voto, ele deve e clicar em "sim" e o site retornará aos itens de votação para continuidade no processo, caso queira sugerir mais ações.

A primeira Audiência Pública Eletrônica do Processo Orçamentário de 2023, promovida pelo Governo de São Paulo, está aberta à participação popular desde segunda-feira (4). As audiências são organizadas pela Secretaria de Orçamento e Gestão, atendendo à Lei de Responsabilidade Fiscal, e visam melhorar a qualidade de vida das regiões do Estado por meio de sugestões da população.

Todas as contribuições registradas serão incluídas em relatórios endereçados aos órgãos competentes para análise e validação. Isso garante transparência ao processo e garantia de que as demandas da população chegarão efetivamente aos responsáveis.

Os relatórios finais e demais conteúdos estarão disponíveis nos sites da Secretaria de Orçamento e Gestão e Audiências do Orçamento de São Paulo e contribuirão para a produção das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento do Estado de São Paulo de 2023.

As Audiências Públicas são importantes instrumentos legais previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei de Diretrizes Orçamentárias para estimular a participação dos cidadãos e garantir transparência na elaboração do PPA (Plano Plurianual), LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e LOA (Lei Orçamentária Anual).

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Promulgada todos os anos, a lei estabelece as metas e prioridades da administração pública estadual para o ano seguinte ao de sua promulgação. Apresenta ainda critérios e normas que garantam o equilíbrio das receitas e despesas do Orçamento do Estado. É definida pelo PPA com uma estrutura de programas e suas respectivas metas para quatro anos. Cabe à lei estabelecer as metas e prioridades do Governo em determinado ano, especificando as ações orçamentárias a serem executadas. Nesse sentido, é ela que dá as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual.

Lei Orçamentária Anual

Lei que, a cada ano, estima as receitas e fixa as despesas do Governo. As despesas governamentais são associadas aos programas definidos no PPA e a suas respectivas ações e metas especificadas na LDO daquele ano.

Plano Plurianual

Previsto em Lei, o plano define para um período de quatro anos, as diretrizes e os objetivos estratégicos de Governo e os programas para alcançá-los. Os programas devem ter metas definidas e abranger todas as áreas de atuação governamental, como educação, saúde, saneamento, habitação, transportes e energia. Por meio de seus programas, a lei do PPA vincula as prioridades de Governo aos orçamentos de cada ano.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Ontem foi dia dos jornalistas. Sou grato ao Espírito Santo de DEUS e ao Cristo Jesus permitirem que esta coluna diária de política esteja completando 3 décadas de histórias sobre vereadores, vereadoras e seus partidos

.

PREFEITURA (São Paulo)

Ontem foi dia dos jornalistas. Sou grato ao Espírito Santo de DEUS e ao Cristo Jesus permitirem que esta coluna diária de política esteja completando 3 décadas de histórias sobre os prefeitos, as prefeitas e seus partidos

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Ontem foi dia dos jornalistas. Sou grato ao Espírito Santo de DEUS e ao Cristo Jesus permitirem que esta coluna diária de política esteja completando 3 décadas de histórias sobre os deputados, as deputadas e seus partidos

.

GOVERNO (São Paulo)

Ontem foi dia dos jornalistas. Sou grato ao Espírito Santo de DEUS e ao Cristo Jesus permitirem que esta coluna diária de política esteja completando 3 décadas de histórias sobre os governadores, os vices e seus partidos

.

CONGRESSO (Brasil)

Ontem foi dia dos jornalistas. Sou grato ao Espírito Santo de DEUS e ao Cristo Jesus permitirem que esta coluna diária de política esteja completando 3 décadas de histórias sobre deputados federais, senadores e seus partidos

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Ontem foi dia dos jornalistas. Sou grato ao Espírito Santo de DEUS e ao Cristo Jesus permitirem que esta coluna diária de política esteja completando 3 décadas de histórias sobre deputados federais, senadores e seus partidos

.

PARTIDOS

Fechada a 'janela' das trocas, ontem era este o tamanho das bancadas na Câmara dos Deputados : PL - 78; PT - 56; PP - 52; União - 48; PSD - 48; Republicanos - 41; MDB - 38; PSDB - 26; PSB - 22; PDT - 18; Solidariedade - 9 ...

.

(Brasil)

... PSC - 9; Podemos - 9; PSOL - 8; Novo - 8; Avante - 8; PC do B - 8; PROS - 6; Cidadania - 6; PTB - 5; PV - 4; Patriota - 4 e Rede - 2. Até 18 abril, os partidos que receberam os mutantes devem fechar o FILIA na Justiça Eleitoral

.

ANO 30

Cesar Neto é jornalista e colunista de política na imprensa (Brasil) desde 1992. A coluna **cesarneto.com** tornou-se referência da liberdade possível. Recebeu Medalha Anchieta (Câmara paulistana) e Colar de Honra ao Mérito (Assembleia paulista)

.

Email cesar@cesarneto.com - Twitter @cesarnetoreal

cesar@cesarneto.com

SP tem menor média móvel de óbitos por covid-19 desde pico da Ômicron

O estado de São Paulo registrou a menor média móvel de mortes por covid-19, desde o pico da variante Ômicron, entre janeiro e fevereiro deste ano. Na média móvel de 7 dias, o estado registrou 42 mortes pela doença, na quarta-feira (6).

A última semana epidemiológica encerrada no sábado (2) mostrou uma queda de 17,5% nos novos óbitos no estado, que acumula 167.594 mortes desde o início da pandemia, sendo 46 registradas nas últimas 24 horas. Os novos casos na semana registraram redução de 16,6%, tendo um total de 5.287.122 desde 2020.

Sobre as internações, o estado tem hoje 1.672 pessoas internadas, sendo 561 em unidades de Terapia Intensiva (UTIs) e 1.111 em enfermarias. Comparado com o pico da variante Ômicron, o estado de São Paulo registrou queda de 86% nas internações.

Quarta dose

O estado de São Paulo começou ontem (5) a imunizar os idosos acima de 60 anos com a quarta dose da vacina de covid-19. Estão aptos a receber a segunda dose de reforço quem tem acima desta idade e já tomou a primeira dose de reforço (3ª dose) em um intervalo de quatro meses.

Os 645 municípios já aplicaram cerca de 105,8 milhões de doses durante toda a campanha. 92% da população já tomou duas doses, ultrapassando a meta de 90% definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Ministério da Saúde (MS). Entre a população geral, 86% já recebeu duas doses. (Agência Brasil)

Governo de SP inaugura 15º Batalhão de Ações Especiais de Polícia em Guarulhos

O Governador Rodrigo Garcia inaugurou na quinta-feira (7) o 15º Batalhão de Ações Especiais de Polícia (Baep), em Guarulhos. A nova unidade atenderá oito cidades da Região Metropolitana de São Paulo, reforçando as atividades de policiamento e a segurança da população local. Com isso, o Estado de São Paulo passa a contar com 15 Baeps em funcionamento.

"É um Batalhão de elite equivalente à Rota, que chega no interior e chega na Grande São Paulo para dar mais segurança à nossa população", disse Rodrigo.

Criado para atuar de forma semelhante aos padrões do patrulhamento dos Batalhões de Choque, o Baep de Guarulhos atuará na mesma área do Comando de Policiamento de Área 7 (CPA/M-7), que compreende os municípios de Guarulhos, Arujá, Santa Isabel, Franco da Rocha, Mairiporã, Caieiras, Francisco Morato e Cajamar.

O efetivo que compõe a nova unidade passou por um rigoroso treinamento no padrão "Rota", ministrado pelo próprio Comando de Policiamento de Choque (CPChq). Durante aproximadamente um mês, os policiais realizaram atividades práticas de patrulhamento tático, gerenciamento de crises, negociação de reféns e busca e localização de artefatos explosivos.

"Eu posso afirmar que, nestes 190 anos de história que tem a Polícia Militar, nunca fomos tão apoiados como nessa gestão. Nós tínhamos cinco Baeps e hoje temos mais dez", afirmou o secretário da Segurança Pública, general João Camilo Pires de Campos.

O Baep de Guarulhos passará a funcionar em imóvel próprio, na Avenida Odair Santanelli, 215, no Parque Cecap, em Guarulhos. O local conta com 23 dependências, sendo nove alojamentos, quatro pátios, um quiosque, um auditório, uma academia, cinco banheiros e dois estacionamentos.

Com mais de 150 policiais e 26 viaturas, a unidade beneficiará uma população de cerca de 2,1 milhões de habitantes.

Baeps no estado

Com o Baep de Guarulhos, o estado de São Paulo conta agora com 15 Baeps em funcionamento. Deste total, dez foram criados na atual gestão. Há uma unidade no centro da capital paulista e outro na zona leste. Os demais estão instalados nas cidades de São Bernardo do Campo, Barueri, São José dos Campos, Campinas, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Santos, Presidente Prudente, Piracicaba, Araçatuba, Bauru, Sorocaba e, agora, em Guarulhos.

São Paulo promove o Mês do Hip Hop 2022 em comemoração aos 50 anos da cultura do gênero

A Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, iniciou, em março, as comemorações dos 50 anos da cultura Hip Hop, completados em 2023. Em parceria com as Secretarias Municipais de Lazer e Turismo, de Educação e de Direitos Humanos e Cidadania, a SMC realizou shows e atividades gratuitas em Casas de Cultura, Centros Culturais, Praça das Artes e outros espaços públicos da capital paulista.

Neste ano, o projeto contou com uma grande adesão tanto da população, quanto dos artistas inscritos no edital de credenciamento artístico. Assim como nos anos anteriores, as atividades foram ampliadas para além de março: de acordo com o Coordenador do Mês do Hip Hop, Marcello Gugu, a agenda conta com mais de 250 contratações que contemplam as categorias de Breaking, Graffiti, MCs, DJs, Slam, palestras, exposições fotográficas, podcasts e debates.

Para celebrar a diversidade da cultura Hip Hop, artistas renomados como Drik Barbosa, Quebrada Queer, Bivolt, BK', Dexter, Dj ZEME, Rap Plus Size, NATT MATT, Lurdez da Luz, Rael da Rima, YORUBA, Black Alien, Coruja BC1, Kamau, Rafael Fish, GOG, Vanessa Kryoula, Image, Dj Vivian Marques, Dj DJK, Jana No Hibi, Renato Erre, Carlão Bernini e B Girl Deise subiram aos palcos para participar do projeto. Para manter a tradição dos bailes do gênero, houve a participação do público no microfone aberto.

Com um investimento de R$ 740 mil em contratações artísticas e comissão especial de seleção, a edição de 2022, entre todas as realizadas, é a que conta com maior participação de artistas mulheres, LGBTQIAPN+, indígenas e PCDs. De modo a garantir a acessibilidade, os shows também contaram com intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras), iniciativa realizada em parceria com a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência.

A agenda de Abril já está rolando em parceria com o Abril pra Dança. Para conferir a programação, acesse as redes sociais do Mês do Hip Hop SP.

Fundação Florestal recompensará pescadores por resíduos recolhidos do mar

Na quarta-feira (6), a Fundação Florestal lança o projeto Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) Mar Sem Lixo. A iniciativa contemplará pescadores artesanais de arrasto de camarão que coletam lixo do mar enquanto realizam a atividade pesqueira.

A gratificação está prevista no projeto de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) Mar Sem Lixo, desenvolvido pela Fundação Florestal – ligada à SIMA. Os pescadores interessados em participar devem se cadastrar junto às APAs Marinhas e o chamamento permanecerá aberto até 5 de maio.

A iniciativa prevê pagamentos via cartão-alimentação, até R$ 600, em uma 1ª fase a pescadores que atuam nos municípios de Cananeia, Itanhaém e Ubatuba, nas APAs Marinhas Litoral Sul, Litoral Centro e Litoral Norte. O valor repassado dependerá do volume de lixo recolhido mensalmente pelos trabalhadores. No futuro, a ideia é expandir o projeto para mais municípios do litoral paulista.

Para o recolhimento do lixo serão disponibilizados Pontos de Recebimento de Resíduos Retirados do Mar (PRRMs). Com o PSA Mar Sem Lixo, será possível criar um mecanismo de incentivo à remoção de resíduos sólidos do ambiente marinho, uma vez que o lixo no mar é um problema antigo. Dentre os materiais frequentemente encontrados estão o plástico (sacolas de mercado, embalagens de produtos diversos), latas de bebidas, vidro, pneu, tecido dentre outros.

Parceiros do projeto

O Projeto PSA Mar Sem Lixo é uma iniciativa da Fundação Florestal em parceria com a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, por meio da Coordenadoria de Planejamento Ambiental (CPLA) e Coordenadoria de Saneamento e com os municípios de Cananéia, Itanhaém e Ubatuba.

São parceiros o Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo, o Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA) e a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), Coordenadoria de Educação Ambiental (CEA) vinculados à Sima, Colônias e Associações de pescadores e cooperativas de catadores.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Futuro dos juros dependerá de guerra e outros choques, diz BC

O futuro das taxas de juros no Brasil dependerá da extensão dos efeitos da guerra entre Rússia e Ucrânia e de eventuais outros choques sobre a inflação, disse na quinta-feira (7) o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto. Em evento promovido por uma empresa de investimentos, ele declarou que o conflito no Leste europeu trouxe um desafio adicional para a política monetária.

"Olhando a parte longa da curva e as expectativas de inflação mais longa, existe um certo consenso de que estamos no caminho certo. A calibragem sempre depende da extensão do choque. Temos falado bastante sobre isso nas últimas reuniões do Copom, Comitê de Política Monetária", disse.

Segundo Campos Neto, mesmo se a guerra terminar no curto prazo, o planeta continuará com desafios por longo tempo. Entre os problemas, ele citou a redivisão das cadeias globais de valor, problema que persiste desde a pandemia da covid-19, e a cisão entre países democráticos com países com outros regimes.

Na última reunião do Copom, o BC tinha anunciado que elevaria a taxa Selic (juros básicos da economia) em 1 ponto percentual na reunião de maio, para 12,75% ao ano. No entanto, Campos Neto tem dito, em eventos recentes, que a autarquia poderia promover uma alta adicional em junho, caso os choques internacionais – fatores externos que pressionem a inflação – continuem.

Campos Neto disse que a inflação está "descolando muito" da meta, com grande disseminação entre os itens cujos preços estão subindo. Ele ressaltou que os núcleos de inflação (medida que exclui os componentes com maior volatilidade) também estão em alta, o que indica persistência dos índices de preços.

"A gente tem se preocupado em ser proativo em relação a isso, passar mensagem de que o Banco Central tem os instrumentos para agir", afirmou.

Energia

Apesar de reconhecer que os núcleos de inflação continuam altos, o presidente do BC disse que eles estão "um pouco mais comportados". Ele, no entanto, disse que acontecimentos recentes reduzirão a pressão sobre os preços, como o fim das bandeiras tarifárias nas contas de energia elétrica, anunciado na quarta-feira (6) pelo presidente Jair Bolsonaro após a melhora no nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas.

Para Campos Neto, o principal problema nos próximos meses deverá ser a pressão inflacionária global. Ele lembrou que os Estados Unidos registram a maior inflação em 40 anos, com o índice de preços ao consumidor norte-americano em torno de 8% no acumulado de 12 meses e com os núcleos de inflação rondando 6,5%.

Câmbio

Sobre a recente valorização do real, o presidente do BC disse que a queda do dólar no Brasil foi influenciada pela elevação rápida dos juros nos últimos meses, pela melhora da arrecadação no curto prazo e pelo aumento no preço internacional das commodities (bens primários com cotação internacional). Ele também mencionou o aumento dos investimentos de empresas estrangeiras no Brasil.

Em relação às eleições, Campos Neto disse que, apesar das incertezas, as limitações impostas pela legislação eleitoral e pela Lei de Responsabilidade Fiscal farão com que o gasto público esteja mais ou menos controlado. "Por ser um ano eleitoral, entramos em fase onde nada mais poderá ser executado. A lei eleitoral não permite fazer isso. O fiscal de curto prazo está mais ou menos predeterminado", explicou.

De acordo com o presidente do BC, a estimativa do mercado para o crescimento da economia pode ser revista para cima. Segundo o boletim Focus, pesquisa semanal do BC, as instituições financeiras preveem expansão de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas no país) em 2022. No último Relatório de Inflação, divulgado no fim de março, a autoridade monetária projetava crescimento de 1%.

Greve

Campos Neto comentou ainda a greve dos servidores do BC. Ele disse esperar uma solução rápida para o movimento, para que projetos paralisados sejam retomados. "A gente tem agora o tema da greve, que a gente espera endereçar em breve. A gente precisa avançar com esses projetos. São projetos importantes para a sociedade", declarou.

Em greve por tempo indeterminado desde o dia 1º, os servidores do BC pedem reajuste de 26,3% e reestruturação de carreira. A reunião na terça-feira (5) entre os grevistas e representantes do Ministério da Economia terminou sem acordo. (Agencia Brasil)

Conta de luz cairá 18% sem pôr empresas em risco, diz ministro

O fim da tarifa extra para as contas de luz poderá fazer as contas dos consumidores residenciais cair 18% no próximo mês, sem prejudicar a saúde financeiras das empresas de energia, disse na quinta-feira (7) o ministro da Economia, Paulo Guedes.

Em evento de lançamento de instrumentos de crédito do Banco do Brasil, o ministro declarou que a retirada da bandeira de escassez hídrica considerou os níveis dos reservatórios e não foi decidida com base em "canetadas".

"A conta de luz cai 18% no mês que vem, sem canetada, sem botar em risco as empresas, ao contrário", declarou o ministro. Segundo ele, a saúde das empresas do setor elétrico está recuperada, enquanto governos anteriores prejudicaram o setor com políticas intervencionistas.

Na quarta-feira (6) à noite, o presidente Jair Bolsonaro anunciou o fim das bandeiras tarifárias sobre as contas de luz. Por meio das redes sociais, o presidente informou que a recuperação dos reservatórios das usinas hidrelétricas fará o governo conceder bandeira verde para todos os consumidores de energia a partir de 16 de abril. Ele previu uma redução de cerca de 20% nas tarifas.

Segurança energética

Ao discursar no evento do Banco do Brasil, Guedes disse que o governo está conseguindo mudar o eixo das discussões internacionais sobre o meio ambiente. Segundo o ministro, o Brasil está consolidando-se como um país de papel importante para garantir a segurança alimentar e energética em escala global.

"Esta guerra, entre Rússia e Ucrânia, só complica as coisas, mas a grande verdade é que o Brasil está sendo percebido como um grande agente, com papel decisivo, de segurança alimentar e segurança energética", comentou Guedes. (Agencia Brasil)

Procon notifica aéreas para explicar aumento nos preços das bagagens

O Procon de São Paulo notificou as companhias aéreas Azul, Gol e Latam para que expliquem o aumento aplicado no despacho de bagagens. A resposta das empresas deverá ser encaminhada ao órgão até o dia 12 de abril.

Segundo o órgão, as empresas terão que explicar os itens que compõem o valor da taxa de despacho de bagagem e quais deles serão cobrados do consumidor. Esses itens deverão ser discriminados individualmente. O Procon também pede informações sobre a relação de custo administrativo e custo de transporte que vão sofrer a aplicação do aumento.

Procurada pela Agência Brasil, a Azul informou que, quando receber a notificação do Procon, "prestará os devidos esclarecimentos". Já a Latam e a Gol ainda não se pronunciaram sobre a notificação do órgão de defesa do consumidor.

Aumento

As três companhias reajustaram os valores do transporte de bagagem para os voos domésticos e internacionais. Na Gol, as novas tarifas entraram em vigor na última terça-feira (5). Na Latam, o reajuste está em vigor desde o dia 14 de março. Na Azul, o novo valor está em vigor há um mês.

Para despachar uma bagagem em voo da Gol, o passageiro terá que desembolsar pelo menos R$ 95. Segundo a empresa, o aumento se deve "ao atual cenário de aumento de custos na aviação comercial, e ainda como forma de adequação aos valores praticados pelo mercado". Na Azul, a tarifa passou de R$ 80 para R$ 90 em voos domésticos. Já na Latam, o valor mínimo passou a ser R$ 75. (Agencia Brasil)

Produção agrícola deve atingir 269,3 milhões de toneladas, diz Conab

A produção de grãos no Brasil poderá chegar a 269,3 milhões de toneladas na safra 2021/22. O número é 5,4% maior do que o registrado na safra anterior, correspondendo um acréscimo de 13,8 milhões de toneladas, caso se confirmem as expectativas anunciadas na quinta-feira (7) pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

A previsão, no entanto, é menor do que a divulgada no primeiro levantamento da companhia, que projetava uma safra de 288,6 milhões de toneladas. Com isso, o volume divulgado representa uma redução de 6,7% (ou 19,3 milhões de toneladas), em relação à projeção anterior.

Segundo a Conab, essa queda nas expectativas se deve às "condições climáticas adversas" observadas nos estados da Região Sul e no centro-sul de Mato Grosso do Sul, com perdas maiores na soja e no milho.

"O resultado até o final desta safra vai depender muito do comportamento climático, fator preponderante para o desenvolvimento das culturas", explica o presidente da Conab, Guilherme Ribeiro.

"Entre os meses de março e abril, aproxima-se a conclusão da semeadura da segunda safra brasileira, na qual se destaca a cultura do milho. As chuvas foram mais regulares em toda a região produtora, inclusive no sul do país, o que permitiu o plantio em boas condições de umidade. O produtor fez sua parte. Agora vamos esperar pelo clima", acrescentou.

O levantamento estima que a área plantada total no país é de 72,9 milhões de hectares, o que representa crescimento de 4,4% na comparação com a safra 2020/21. "Os maiores incrementos de área são observados na soja, com 4,1% ou 1,6 milhão de hectares e, no milho, com 6,5% ou 1,3 milhão de hectares", detalha a Conab.

A soja tem produção prevista em 122,4 milhões de toneladas, o que representa redução de 11,4% em relação à safra anterior. "As boas precipitações ocorridas em praticamente todo o país ajudaram na recuperação de uma pequena parcela de lavouras semeadas tardiamente na Região Sul e em Mato Grosso do Sul, mas não reverteram o quadro de queda da produtividade, já anunciado em levantamentos anteriores", informa o diretor de Informações Agropecuárias e Políticas Agrícolas da Conab, Sergio De Zen.

Os estados do Rio Grande do Sul, Paraná e de Mato Grosso do Sul são os mais atingidos pelo recente déficit hídrico. A Conab acrescenta que a maioria dos outros estados conseguiu "produtividades superiores às obtidas na última safra, com destaque para o Piauí, com rendimento positivo de 12,7%".

Segundo a Conab, a queda na produção do país foi amenizada principalmente pelo aumento de 4,1% da área semeada, alcançando 40,8 milhões de hectares nesta safra.

Já a produção estimada de milho é de 115,6 milhões de toneladas, número 32,7% maior do que o registrado no ciclo anterior. De acordo com a companhia, a colheita da 1ª safra do cereal "está adiantada, na 2ª predomina a fase de desenvolvimento e a 3ª safra inicia o plantio a partir da segunda semana de abril".

A Conab acrescenta que, apesar do aumento no volume total, é importante registrar a forte queda de 20,4% na produtividade da região Sul durante a primeira safra, fato que, segundo a entidade, "causou uma redução de até 15,6% da produção naquela região".

"Isso é explicado por um severo déficit hídrico causado pela ausência de chuvas no Sul do país ao fim de 2021 e início de 2022", diz a superintendente de Informações da Agropecuária, Candice Santos.

"Por outro lado, cabe apontar que a companhia projeta um aumento de 36,3% da produtividade do milho ao longo da segunda safra, dado que permitirá uma produção de 88,5 milhões de toneladas do cereal no segundo ciclo", acrescenta.

No caso de algumas outras culturas, como é o caso do algodão, as condições climáticas têm favorecido o desenvolvimento, aliadas ao ganho de área, "o que deve resultar numa produção de 2,83 milhões de toneladas da pluma, 19,9% superior à safra passada".

Para o feijão a previsão é de uma safra de 3,1 milhões de toneladas, resultado 7,6% acima do registrado na safra anterior. "A primeira safra da leguminosa está com a colheita encerrada, a segunda está em andamento e a terceira safra com o plantio ocorrendo a partir de meados de abril", detalha a Conab.

A produção estimada de arroz está estimada em 10,5 milhões de toneladas (10,5% inferior ao volume da safra passada). Deste total, 9,7 milhões de toneladas têm como origem o cultivo irrigado e 0,8 milhão de toneladas com o plantio de sequeiro.

Nas culturas de inverno (aveia, canola, centeio, cevada trigo e triticale), a semeadura ainda é incipiente e deve chegar com produção de 7,9 milhões de toneladas para o trigo.

O levantamento de abril manteve a estimativa para 2022 das exportações de algodão em 2,05 milhões de toneladas, de arroz em 1,3 milhão de toneladas e de feijão em 200 mil toneladas.

"Para o trigo, considerando que a previsão de volume exportado entre agosto de 2021 e março de 2022 já supera 2,8 milhões de toneladas, é esperado um aumento no período correspondente ao ano comercial que vai até julho. Diante disso, a estimativa é que sejam exportadas 3 milhões de toneladas. Confirmado esse número, será o recorde da série histórica para o trigo", informou, em nota, a Conab.

No caso da soja, houve redução no volume estimado de exportações, passando de 80,16 milhões de toneladas para 77 milhões de toneladas. A companhia explica que essa redução foi motivada por um "maior direcionamento para a produção e exportação de óleo, em detrimento do grão".

No caso do milho, as vendas externas devem aumentar em 2 milhões de toneladas e atingir a marca de 37 milhões de toneladas. Este aumento está provavelmente relacionado à demanda internacional aquecida. Com isso a estimativa é de uma "elevação de 77,8% das exportações do grão na safra 2022, compreendida entre fevereiro de 2022 e janeiro de 2023", detalha o superintendente de Estudos de Mercado e Gestão da Oferta da Conab, Allan Silveira.

Com relação aos estoques finais esperados para as principais commodities brasileiras, o superintendente confirma que, no caso do milho, as alterações "não foram significativas", sendo o estoque de passagem para a safra 2021/22 previsto em 10,84 milhões de toneladas, aumento de 5,16% em relação ao último levantamento e de 40,61% em relação à safra 2020/21, em consequência da perspectiva de recuperação da segunda safra.

Para a soja em grãos, a expectativa é que o estoque ao final deste ano seja de 2,5 milhões de toneladas – praticamente em estabilidade em relação ao último levantamento.

A Conab informa que, em relação aos preços médios mensais dos produtos nas principais praças, foi observado, na comparação entre fevereiro e janeiro, redução de 0,3% no preço do milho no Paraná.

Por outro lado, houve elevação de 2,4 % no feijão preto no Paraná; de 0,3% nos preços do algodão em Mato Grosso; de 8,8% no arroz no Rio Grande do Sul; 7,6% no feijão cores em São Paulo; 4,0% no preço do milho em Mato Grosso; de 10,4% nos preços do trigo no Paraná; e de 3,3% e 3,2% nos preços da soja nos estados de Mato Grosso e do Paraná, respectivamente. (Agencia Brasil)

Trabalhador que não recebeu abono do PIS/Pasep pode entrar com recurso

O Ministério do Trabalho e Previdência começou a receber, esta semana, os pedidos de recursos administrativos de trabalhadores que não foram habilitados para receber o abono salarial do PIS/Pasep, ano-base 2020, mas entendem que têm direito ao benefício.

Os pagamentos do abono salarial começaram a ser feitos em fevereiro e os beneficiários podem sacar o dinheiro até o dia 29 de dezembro. Cerca de 23 milhões de trabalhadores foram habilitados para receber o recurso este ano.

Os trabalhadores podem questionar o não pagamento por meio das Superintendências Regionais do Trabalho do ministério, por meio do endereço eletrônico trabalho.uf@economia.gov.br (colocando nos dígitos UF as letras da sigla do estado de domicílio, por ex.: trabalho. sp@economia.gov.br). O prazo de análise do recurso é de 45 dias.

Neste momento, segundo a pasta, as equipes estão autorizadas a realizar o cadastro dos processos especificamente do ano base 2020. Essa permissão de análise individual não abrange o ano base 2019.

Checagem

O governo federal orienta os trabalhadores que, antes de entrarem com pedido de recurso, verifiquem todos os canais de acesso para confirmar se receberam ou não o benefício. De acordo com o Ministério do Trabalho e Previdência, há situações nas quais o abono é depositado, mas os beneficiários não identificam o recebimento em suas contas. Há dois agentes financeiros credenciados para efetuar o pagamento do abono: a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil.

A Caixa é o agente responsável pelo pagamento do abono do PIS. Ela efetua os pagamentos por meio de crédito em conta corrente, conta poupança ou poupança social digital. Quando não é possível o crédito do benefício em conta, o valor é disponibilizado na plataforma social da instituição financeira (agências, lotéricos, autoatendimento e Caixa Aqui), devendo o beneficiário obter o Cartão Cidadão diretamente na instituição. A data é informada na Carteira Digital de Trabalho.

Já o Banco do Brasil é o agente responsável pelo pagamento do abono do Pasep. Os correntistas da instituição têm seu benefício creditado diretamente em sua conta corrente. Para aqueles que indicarem os dados bancários junto ao BB, o pagamento ocorrerá via TED e será creditado na conta informada. Nos demais casos, o Abono Pasep pode ser sacado em qualquer agência do banco.

Quem tem direito

Tem direito ao benefício o trabalhador inscrito no PIS/Pasep há, pelo menos, cinco anos, e que tenha trabalhado formalmente por, no mínimo, 30 dias no ano-base considerado para a apuração, com remuneração mensal média de até dois salários mínimos. Também é necessário que os dados tenham sido informados corretamente pelo empregador na Relação Anual de Informações Sociais (Rais).

Os trabalhadores também podem checar se têm direito ao saque pelo site do governo federal ou da Carteira de Trabalho Digital. A central Alô Trabalhador, telefone 158, também está disponível para atendimento.

Valor

O valor do abono é proporcional ao período em que o empregado trabalhou com carteira assinada em 2020. Cada mês trabalhado equivale a um benefício de R$ 101, com períodos iguais ou superiores a 15 dias contados como mês cheio. Quem trabalhou 12 meses com carteira assinada receberá o salário mínimo cheio, que atualmente é de R$ 1.212. (Agencia Brasil)

Cyrela Sul 001 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.

CNPJ nº 19.658.049/0001-64 - NIRE 35230080285

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Data, Hora, Local: 08.03.2022, às 10hs., na sede social, na Rua do Rócio, nº 109, 3º andar, sala 01 – parte, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: **Rafaella Nogueira de Carvalho Corti**, Secretário: **Celso Antonio Alves**. **Deliberações Aprovadas:** Redução do capital social em R$ 3.000.000,00, considerados excessivos em relação ao objeto social, nos termos do artigo 1.082, II, do Código Civil, mediante o cancelamento de 3.000.000 de quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma, sendo 2.775.000 de quotas de propriedade da sócia **Goldstein Cyrela Empreendimentos Imobiliários Ltda.** e 225.000 quotas de propriedade da sócia **Jasper Empreendimentos Imobiliários - Eireli**, as quais receberão em moeda corrente do país o valor das quotas canceladas à titulo de capital excessivo. Dessa forma, o capital social passa **de** R$ 18.153.333,00 **para** R$ 15.153.333,00. Os sócios autorizam os administradores a assinar e firmar todos os documentos necessários. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 08.03.2022. **Mesa:** Rafaella Nogueira de Carvalho Corti - Presidente, Celso Antonio Alves - Secretário. **Sócios:** Goldstein Cyrela Empreendimentos Imobiliários Ltda. Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Celso Antonio Alves - Administradores, Jasper Empreendimentos Imobiliários - Eireli, Fernando Goldsztein - Administrador.

Cyrela Sul 002 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.

CNPJ nº 18.652.457/0001-46 - NIRE 35229893341

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Data, Hora, Local: 08.03.2022, às 10 horas, na sede social, Rua do Rócio, nº 109, 3º andar, sala 01 – parte, São Paulo/SP. **Presença:** totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: **Rafaella Nogueira de Carvalho Corti**, Secretário: **Celso Antonio Alves**. **Deliberações Aprovadas:** a redução do capital social em R$ 1.000.000,00, considerados excessivos em relação ao objeto social, nos termos do artigo 1.082, II, do Código Civil, mediante o cancelamento de 1.000.000 de quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma, sendo 925.000 quotas de propriedade da sócia **Goldsztein Cyrela Empreendimentos Imobiliários Ltda.** e 75.000 quotas de propriedade da sócia **Jasper Empreendimentos Imobiliários - Eireli**, as quais receberão em moeda corrente do país o valor das quotas canceladas a título de capital excessivo. Dessa forma, o capital social passa **de** R$ 3.496.359,00 **para** R$ 2.496.359,00. Os sócios autorizam os administradores a assinar e firmar todos os documentos necessários. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 08.03.2022. **Mesa: Rafaella N. de Carvalho Corti** - Presidente, **Celso Antonio Alves** - Secretário. **Sócios: Goldsztein Cyrela Empreendimentos Imobiliários Ltda.** - Rafaella Nogueira de Carvalho Corti e Celso Antonio Alves - Administradores, **Jasper Empreendimentos Imobiliários – Eireli** - Fernando Goldsztein - Administrador

Cyrela Sul 011 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.

CNPJ nº 21.831.062/0001-15 - NIRE 35230538273

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Data, Hora e Local: 08.03.2022, às 10 horas, na sede social, Rua do Rócio, 109, 3º andar, sala 01 – parte, São Paulo/SP. **Presença:** totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: **Rafaella Nogueira de Carvalho Corti**, Secretário: **Celso Antonio Alves**. **Deliberações Aprovadas:** a redução do capital social em R$ 2.000.000,00, considerados excessivos em relação ao objeto social, nos termos do artigo 1.082, II, do Código Civil, mediante o cancelamento de 2.000.000 de quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma, sendo 1.800.000 quotas de propriedade da sócia **Goldsztein Cyrela Empreendimentos Imobiliários Ltda.** e 200.000 quotas de propriedade da sócia **Jasper Empreendimentos Imobiliários - Eireli**, as quais receberão em moeda corrente do país o valor das quotas canceladas à título de capital excessivo. Dessa forma, o capital social passa **de** R$ 18.072.368,00 **para** R$ 16.072.368,00. Os sócios autorizam os administradores a assinar e firmar todos os documentos necessários. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 08.03.2022. **Mesa: Rafaella N. de Carvalho Corti** - Presidente, **Celso Antonio Alves** - Secretário. **Sócios: Goldsztein Cyrela Empreendimentos Imobiliários Ltda.:** Rafaella Nogueira de Carvalho Corti e Celso Antonio Alves - Administradores, **Jasper Empreendimentos Imobiliários - Eireli** - Fernando Goldsztein - Administrador.

Serviço Paulista de Pediatria S/C Ltda

CNPJ/MF sob o nº 51.218.220/0001-27

Edital de Convocação

Ficam os sócios da **Serviço Paulista de Pediatria S/C Ltda**, nos termos dos artigos 1.072 e 1.152 do Código Civil, convocados a se reunirem em assembleia geral extraordinária, a realizar-se no dia 01 de abril de 2022, tendo início às 15h00min em primeira convocação e às 10h30min em segunda convocação, na sede do escritório do Briganti Sociedade de Advogados, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, 10º andar, conjunto 1003, Brooklin Novo, São Paulo-SP, CEP 04578-910, para deliberarem sobre: (i) aprovação do rateio dos débitos da Sociedade, resolvidos pontualmente entre os Sócios Sergio Candio, Ana Cristina Miranda, Jayme Murahovschi, Regina Leonor Menezes Lima de Souza e Wania Bichara de Freitas, para os demais Sócios não participantes da quitação; (ii) aprovação da alteração consolidação do Contrato Social da Sociedade de acordo com o novo Código Civil e aprovação da minuta do Contrato Social; (iii) liquidação e dissolução da Sociedade, que se encontra há mais de 11 (onze) anos sem movimentação; (iv) aprovação do minuto do Distrato Social; e (v) demais assuntos de interesse da sociedade. São Paulo, 5 de abril de 2022, Serviço Paulista de Pediatria S/C Ltda., **Sergio Candio** - Sócio Administrador.

Cyrela Sul 006 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.

CNPJ nº 11.998.683/0001-34 - NIRE 35229893175

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Data, Hora, Local: 08.03.2022, às 10 horas, na sede social, Rua do Rócio, nº 109, 3º andar, sala 01 – parte, São Paulo/SP. **Presença:** totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: **Rafaella Nogueira de Carvalho Corti**, Secretário: **Celso Antonio Alves**. **Deliberações Aprovadas:** a redução do capital social em R$ 800.000,00, considerados excessivos em relação ao objeto social, nos termos do artigo 1.082, II, do Código Civil, mediante o cancelamento de 800.000 quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma, sendo 740.000 quotas de propriedade da sócia **Goldsztein Cyrela Empreendimentos Imobiliários Ltda.** e 60.000 quotas de propriedade da sócia **Jasper Empreendimentos Imobiliários - Eireli**, as quais receberão em moeda corrente do país o valor das quotas canceladas à título de capital excessivo. Dessa forma, o capital social passa **de** R$ 3.496.359,00 **para** R$ 2.696.359,00. Os sócios autorizam os administradores a assinar e firmar todos os documentos necessários. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 08.03.2022. **Mesa: Rafaella N. de Carvalho Corti** - Presidente, **Celso Antonio Alves** - Secretário. **Sócios: Goldsztein Cyrela Empreendimentos Imobiliários Ltda.** - Rafaella Nogueira de Carvalho Corti e Celso Antonio Alves - Administradores, **Jasper Empreendimentos Imobiliários – Eireli** - Fernando Goldsztein - Administrador

Cyrela Sul 013 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.

CNPJ nº 21.823.417/0001-24 - NIRE 35229893332

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Data, Hora, Local: 08.03.2022, às 10hs, na sede social, Rua do Rócio, nº 109, 3º andar, sala 01 – parte, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: **Rafaella Nogueira de Carvalho Corti**, Secretário: **Celso Antonio Alves**. **Deliberações Aprovadas:** a redução do capital social em R$ 2.500.000,00, considerados excessivos em relação ao objeto social, nos termos do artigo 1.082, II, do Código Civil, mediante o cancelamento de 2.500.000 quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma, sendo 2.312.500 quotas de propriedade da sócia **Goldsztein Cyrela Empreendimentos Imobiliários Ltda** e 187.500 quotas de propriedade da sócia **Jasper Empreendimentos Imobiliários – Eireli**, as quais receberão em moeda corrente do país o valor das quotas canceladas a título de capital excessivo. Dessa forma, o capital social passa **de** R$ 12.218.477,00 **para** R$ 9.718.477,00. Os sócios autorizam os administradores a assinar e firmar todos os documentos necessários. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 08.03.2022. **Mesa:** Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, - Presidente, Celso Antonio Alves - Secretário. **Sócios:** Goldsztein Cyrela Empreendimentos Imobiliários Ltda., Rafaella Nogueira de Carvalho Corti - Celso Antonio Alves - Administradores, Jasper Empreendimentos Imobiliários – Eireli, Fernando Goldsztein - Administrador.

Cyrela Sul 03 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.

CNPJ nº 20.539.347/0001-14 - NIRE 3522991358

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Data, Hora, Local: 08.03.2022, às 10hs., na sede social, Rua do Rócio, nº 109, 3º andar, sala 01 – parte, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: **Rafaella Nogueira de Carvalho Corti**, Secretário: **Celso Antonio Alves**. **Deliberações Aprovadas:** Redução do capital social em R$ 4.000.000,00, considerados excessivos em relação ao objeto social, nos termos do artigo 1.082, II, do Código Civil, mediante o cancelamento de 4.000.000 de quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma, sendo 3.700.000 quotas de propriedade da sócia **Goldsztein Cyrela Empreendimentos Imobiliários Ltda.** e 300.000 quotas de propriedade da sócia **Jasper Empreendimentos Imobiliários – EIRELI** as quais receberão em moeda corrente do país o valor das quotas canceladas à título de capital excessivo. Dessa forma, o capital social passa **de** R$ 12.129.566,00 **para** R$ 8.129.566,00. Os sócios autorizam os administradores a assinar e firmar todos os documentos necessários. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 08.03.2022. **Mesa: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti** - Presidente, **Celso Antonio Alves** - Secretário. **Sócios: Goldsztein Cyrela Empreendimentos Imobiliários Ltda.** Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Celso Antonio Alves - Administradores, **Jasper Empreendimentos Imobiliários – Eireli,** Fernando Goldsztein - Administrador.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1017447-70.2017.8.26.0002** O(A) MM. Juiz(a) de Direito do 1ª Vara Cível,do Foro Regional VII-Ipiranga,Estado de São Paulo, Dr(a).Alessandra Cristina Franca Ramos,na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ASSOCIAÇÃO FABITACIONAL CASA VIDA - HABICASA,CNPJ 27.662.142/0001-13,com endereço à Rua Participular,12, Jardim Alto Alegre (São Rafael), CEP 08381-590, São Paulo-SP e todos os eventuais interessados,que lhe foi proposta uma ação de Interdito Proibitório por parte de Vazq Empreendimentos Imobiliários Ltda,alegando em sintese: FAZ SABER a todos os eventuais interessados e não localizados na busca do oficial de justiça, diante do mandado de citação,que frei Gilberto Gonçalves de Oliveira, na qualidade de representante da proposta uma ação de Interdito Proibitório por parte de Vazq Empreendimentos Imobiliários Ltda,referente à área de terras com total de 439.792,65m² (Gleba A e B situados na Avenida Bento Guelfi,Vila Carrateira (zona Leste)-CEP:03828-000, 973,58m São Paulo-SP,melhor descrito pelas matrículas nº121.351 e 121.352 do 9º CRI,que tem conciliação da ação para impedir agressões que ameaçam sua posse.Encontrando-se o réu em lugar incerto e ignorado, foi determinada a sua CITAÇÃO,por EDITAL,para os atos e termos da ação proposta e para que,no prazo de 15dias,que se inicia após o término do prá-zo de presente edital,apresente resposta.Não sendo contestada a ação o réu será considerado revel,caso em que será nomeado curador especial.Será o presente edital,por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **08.11**

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 30 DIAS, expedido no autos da Ação de Usucapião. PROCESSO Nº **1074058-60.2015.8.26.0100** (USUC 918) A Dra. Renata Pinto Lima Zanetta, MM. Juiza de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a: José Marques Verdasca e s/m. Ana de Lourdes Martins Verdasca; Luiz Malaquiff e s/m. Juliete Castro Malaquiff; Estanislau Pereira Cezar Andreiro ou Hilda Pereira Cezar, Edson Pereira e s/m. Edna do Nascimento Pereira; Osvaldo Souza Verdasca e s/m. Alice Sanches Verdasca, Imobiliária Nabi Ltda. e Elaine Domingues Netto e s/m Paul Kalanos, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, que Nadir Segura Duque e Paulo Gomes Duque ajuizaram uma ação de USUCAPIÃO, visando a declaração de domínio do imóvel localizado na Rua Arthur Fredenreich, nº 343/357, Vila Rio Branco, Ermelino Matarazzo, São Paulo-SP com área de 354,14 m² e contribuinte sob nº 110.449.0041-4, visando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando os terrenos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 dias úteis, contestem o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **08.11**

Edital de Citação. Prazo 30 dias. Processo nº 1041982-10.2019.8.26.0002. A Dra. Gina Fonseca Corrêa, Juíza de Direito da 1ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro/ SP. Faz Saber DENILSON TORCATO DE PAULA, (CPF/MF sob o n.º 452.815.168-50 e RG nº 35156889 - SP) que AYMORÉ CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A, lhe ajuizou ação de Execução de Título Extrajudicial objetivando a quantia de R$ 15.104,75, referente ao não pagamento do veículo. Estando o executado em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 30 dias supra, pague o débito atualizado, acrescido de custas e honorários advocatícios, sob pena de multa de 10% e penhora e avaliação de bens, nos termos do artigo 523, § 2º, IV do CPC, intimado fica para no prazo de 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, efetuar o pagamento da importância de R$ 12.755,18 (18/02/2019), devidamente atualizada. Caso o devedor não efetue o pagamento, incidirá a multa de 10% sobre o valor do débito e também honorários de sucumbência no percentual de 10% (dez por cento), cabendo ao credor apresentar o cálculo atualizado, fazendo incluir a multa de 10% (dez por cento). Caso o devedor, no prazo de 15 (quinze) dias, não efetuar o pagamento, incide-se o prazo de 15 (quinze) dias, na forma do artigo 525 do Código de Processo Civil para que se faça (m) o(s) representante (m) IMPUGNAÇÃO nos próprios autos, independente de penhora ou nova intimação. Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo, será dado cumprimento aos estritos termos do título judicial, cont expedição de mandado de descupação e, se o caso, reintegração de posse. Será o edital, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 06/04/2022

07 e 08/04

EDITAL DE INTIMAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 0034642-58.2021.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 12ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Anton Pinheiro de Castro, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER(a)(s) AGROPECUÁRIA FERREIRA & MARTIN LTDA – ME**,CNPJ 17.630.507/0001-21, nos autos do Cumprimento de Sentença, apresentado por **EDUARDO JOSÉ DE ANDRADE**, CPF 323.013.348-05 e **MICHELDAVID MORENO**, CPF 346.592.048-12, que, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, foi determinada a(s) respectiva(s)**INTIMAÇÃO(ÕES)**, por **EDITAL**, para que em 15 dias, a fluir após o prazo deste edital, efetue(m) o pagamento do débito atualizado no valor de R$ 23.014,91 em **04/ 08/2021**, acrescido de custas, se houver, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e também honorários advocatícios. Cientte(s), ainda, que no prazo de 15 dias, a fluir após o prazo do presente edital, independente de penhora ou nova intimação, querer(em), nos próprios autos, o(s) respectivo(s) impugnação(ões). Não sendo a(s) impugnação(ões) apresentada(s), em pro do(s)s) executado(s) será nomeado curado especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de fevereiro de 2022.

07 e 08.04

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1004106-44.2018.8.26.0001 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Fernanda de Carvalho Queiroz, na forma da Lei. FAZ SABER a(o) EDIMILSON BATISTA DE SÁ, CPF - 093.290.876-47 que Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A, lhe ajuizou uma ação de Busca e Apreensão relativo ao AUTOMÓVEL marca VOLKSWAGEN, modelo NOVO GOL 1.0, cor CINZA, ano 2008, placas ESC7635, chassi no 9BWAA05U597139508, Renavam: 00011828288, movido a GASOLINA, em decorrência de obrigação particular. Encontrando-se o bem, e sendo o presente edital, foi deferida a citação por edital, para que em 05 dias, a fluir após os 20 dias supra, requerer a purgação da mora depositando, sob pena de consolidação em posse plena e exclusiva do credor fiduciário do bem, nos termos do Decreto-lei nº 911/69, alterado pela lei 10.931/04), podendo, ainda, no prazo de 15 dias, após os 20 dias supra, contestar o feito, sob pena de confissão e revelia. Não sendo contestada a ação, a ré será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 21 de Março de 2022. Eu, Ricardo Ramon Rivarolli, Coordenador, conferi.

08 e 09/04

36ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. 36ª Ofício Cível. Edital de Intimação. Prazo: 20 dias. Processo nº **0050400-77.2021.8.26.0100**. A Dra. Thania Pereira de Carvalho Cantão, Juíza de Direito da 36ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. Faz Saber a Maria Augusta Meireles Graziani (CPF: 220.943.908-61) e Alcina de Cássia Meireles (CPF: 929.315.818-00), que o mandado monitório, expedido nos autos da ação Monitória, ajuizada por Fundação São Paulo, entidade mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, consegue-se em mandado executivo, constituindo-se título executivo judicial da quantia de R$ 123.256,29 (novembro de 2021). Estando as executadas em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetuem o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, e honorários advocatícios de 10% (dez por cento) fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Ficam as partes executadas advertidas de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresentem, nos próprios autos, suas impugnações. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. SP, 08/02/2022.

07 e 08 / 04 / 2022

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1018591-76.2017.8.26.0008**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VIII - Tatuapé, Estado de São Paulo, Dr(a). Paulo Guilherme Amaral Toledo, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Ministério Comunidade Evangélica Sal da Terra CNPJ: 12.988.918/0001-81), que Banco Bradesco S/A lhe ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 48.550,71 (janeiro de 2021), representada pelo Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Outras Avenças - "Contrato de Mútuo". Estando a executada em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue a execução e o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, sem o pagamento ou embargos, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 21 de março de 2022.

07 e 08 / 04 / 2022

Edital de Intimação. Prazo 20 dias. Processo nº: 0010327-29.2022.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Central da Capital, Estado de São Paulo, Dr(a). Heitmer Augusto Toppan Neto, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Alphabusiness Participações e Representações – SPE Ltda., CNPJ: 24.770.777/0001-10, que Saint Luca Administração e Participações Ltda., move a ação de Cumprimento de Sentença, foi determinada a sua Intimação, por Edital, para que, no prazo de 15 dias, a fluir prazo supra, pague voluntariamente a sentença, pagando a quantia de R$ 4.161.672,45 (Fevereiro/2022), corrigida, atualizada e acrescida de custas se houver, nos termos do art. 513, § 2º, IV, do CPC, e ciente de que, findo o prazo acima fixado, haverá multa e honorários de advogado, ambos de 10% sobre o valor do débito e, a requerimento do credor, expedição de mandado de penhora e avaliação (art. 523 e parágrafos, do CPC). Expede-se o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 26 de março de 2022.

EDITAL de CITAÇÃO. Prazo: **20 dias**. Processo nº **1035739-79.2021.8.26.0002** A Dra. **CLÁUDIA CARDOSO MM**ª Juíza de Direito da **2ª Vara Cível DO FORO REGIONAL II - SANTO AMARO,** Comarca da Capital/SP, na forma da lei, **FAZ SABER a(o) COOPERATIVA HABITACIONAL VALE DO LIS**, DIE **INTERLAGOS** (CNPJ: 08.721.720/0001-58), que **APARECIDA BENEDITA MAMEDE ALVARENGA**, lhe move ação de **PROCEDIMENTO COMUM (ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA)**, na qual figura como corré **NOVA NCB EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EIRELI** (anteriormente **NOVA NCB CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO LTDA.**), tendo por objeto o apto. 83 do bloco 02, Edifício Monaco V, Rua Madre Paula Vicenia, nº 360, Vila Prudente, Capital (vide Matrícula nº 151.351 do 9º Cartório de Registro de Imóveis), e a condenação no pagamento de custas, honorários e demais cominações, alegando em síntese, que, por contrato de gaveta de 05.11.2008, e que apesar de pago o preço, não logrou obtiver a escritura definitiva. Estando a ré em lugar incerto e não sabido, foi deferida a **CITAÇÃO por EDITAL**, para que no prazo de **15 dias**, a fluir após os **20 dias** supra, **CONTESTE** o feito, sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos alegados e ciente de que não havendo manifestação **CURADOR ESPECIAL**. Será o presente afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 04/04/2022.

07 e 08/04

SIJOBE ADMINISTRACAO DE BENS E PARTICIPACOES S.A.

CNPJ: 02.085.820/0001-59

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

ATIVO	**30.437.447,36**	**PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**30.437.447,36**
ATIVO CIRCULANTE	**28.420.625,44**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**803.393,79**
DISPONÍVEL	1.387.891,15	FORNECEDORES	2.200,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO	386,60	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	2.640,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.387.504,55	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	1.958,00
CLIENTES	10.000.000,00	ENCARGOS SOCIAIS	680,00
ESTOQUES	16.927.230,29	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	682.380,07
TERRENOS DESTINADOS A VENDA	3.582.505,85	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	15.380,07
IMOVEIS DESTINADOS A VENDA	13.344.724,44	TRIBUTOS FISCAIS DIFERIDOS	667.000,00
OUTROS CRÉDITOS	105.504,00	IRPJ E CSLL A PAGAR	116.173,72
CRÉDITOS DIVERSOS	105.504,00	PROVISÕES	0,00
		DIVIDENDOS A PAGAR	16.000.000,00
		PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	**7.034.697,27**
		EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	7.034.697,27
		EMPRÉSTIMOS - PARTES RELACIONADAS	6.419.747,27
		OUTRAS OBRIGAÇÕES LP	614.950,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	**2.016.821,92**	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**6.599.356,30**
IMOBILIZADO	1.465.760,14	CAPITAL SOCIAL E INTEGRALIZADO	1.922.754,00
IMOBILIZADO	1.514.840,57	RESERVAS DE CAPITAL	4.078.350,78
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	(49.080,43)	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	598.251,52
INVESTIMENTOS	551.061,78	LUCROS OU PREJUÍZOS ANOS ANTERIORES	(17.420.250,40)
		LUCROS OU PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO	18.018.501,92

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Descrição	**Valor**
RECEITAS BRUTAS	**23.016.687,10**
DEDUÇÕES	(840.109,10)
= RECEITA LÍQUIDA	22.176.578,00
CUSTOS	(2.847.260,04)
= LUCRO BRUTO	19.329.317,96
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(145.341,71)
DESPESAS FINANCEIRAS	(2.649,86)
DESPESAS GERAIS	(692.278,88)
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	(242.647,03)
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	(226.161,18)
RECEITAS FINANCEIRAS	101.947,14
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	902.205,27
= LUCRO OPERACIONAL	19.024.391,71
= LUCRO CONTÁBIL LÍQUIDO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19.024.391,71
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(324.500,24)
= LUCRO CONTÁBIL LÍQUIDO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	18.699.891,47
IMPOSTO DE RENDA	(681.389,55)
= LUCRO	18.018.501,92
= LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	18.018.501,92

MOBI ALL TECNOLOGIA S.A.

CNPJ nº 11.272.329/0001-28

Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Ativo	**2021**	**2020**
Total do ativo circulante	13.576	11.767
Total do ativo não circulante	10.484	11.449
Total do ativo	**24.060**	**18.216**
Passivo	**2021**	**2020**
Total do passivo circulante	9.514	6.430
Total do passivo não circulante	5.879	1.742
Total do patrimônio líquido	8.667	10.044
Total do passivo e do patrimônio líquido	**24.060**	**18.216**

Demonstração de Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	2021	**2020**
Receita operacional líquida	26.148	22.658
Custos das mercadorias vendidas	(16.509)	(18.070)
Lucro bruto	**9.639**	**4.588**
Despesas gerais e administrativas	(10.415)	(5.585)
Outras despesas, líquidas	(184)	(104)
Lucro antes do resultado financeiro	**(960)**	**(1.101)**
Despesas financeiras	(513)	(960)
Receitas financeiras	217	221
Resultado financeiro, líquido	**(296)**	**(745)**
Prejuízo antes do IR e CS	**(1.256)**	**(1.846)**
IR e CS correntes	(121)	(189)
Prejuízo do exercício	**(1.377)**	**(2.035)**

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	2021	**2020**
Prejuízo do exercício	**(1.377)**	**(2.035)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**(1.377)**	**(2.035)**

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Capital social	**Ações em tesouraria**	**Prejuízos acumulados**	**Total do patrimônio líquido**
Em 01/01/2020	**17.938**	**(1.469)**	**(4.390)**	**12.079**
Prejuízo do exercício	-	-	(2.035)	(2.035)
Em 31/12/2020	**17.938**	**(1.469)**	**(6.425)**	**10.044**
Prejuízo do exercício	-	-	(1.377)	(1.377)
Em 31/12/2021	**17.938**	**(1.469)**	**(7.802)**	**8.667**

Demonstração do Fluxos de Caixa - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	2021	**2020**
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(1.377)	(2.035)
Ajustes de		
Depreciação e amortização	2.941	3.214
Depreciação arrendamento	409	390
Juros sobre arrendamento	184	149
Provisão para perdas	-	431
Perda por redução ao valor recuperável	75	135
Prov. p/riscos trabal., cíveis e trabalhistas/outras	2	94
	2.234	**2.378**
(Aumento)/redução nos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	(867)	(68)
Tributos a recuperar	(434)	(319)
Outros créditos	(89)	143
Adiantamentos	(1.816)	(49)
	(3.206)	**(293)**
Aumento/(redução) nos passivos operacionais		
Contas a pagar	1.226	(494)
Obrigações trabalhistas	280	(43)
Obrigações tributárias	2	116
Receitas diferidas	7.885	1.403
Outros passivos	(545)	(356)
	8.848	626
Caixa gerado pelas operações	**7.876**	**2.711**
Pagamento de IRPJ e CSLL	(121)	(189)
Pagamento de juros s/emprést. e financiamentos	(118)	(71)
Pagamento de juros s/arrendamento mercantil	(184)	(148)
Caixa líquido gerado pelas ativ. operacionais	**7.453**	**2.303**
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(933)	(1.293)
Fluxo de caixa aplicado nas ativ. de invest.	**(933)**	**(1.293)**
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(1.441)	(920)
Pagamento de arrendamento mercantil	(455)	(358)
Caixa líquido aplicado nas ativ. de financ.	**(1.896)**	**(1.278)**
Aumento (redução) líq. de caixa e equiv. de caixa	4.624	(268)
Caixa e equiv. de caixa no início do exercício	1.107	1.375
Caixa e equiv. de caixa no final do exercício	5.731	1.107
Aumento (redução) líq. de caixa e equiv. de caixa	4.624	(268)

Notas Explicativas

No cumprimento das disposições legais e de acordo com a legislação societária brasileira, a Mobi All Tecnologia S.A., apresenta, a seguir, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. As demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mobi All Tecnologia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Dionaldo Arnoldo dos Passos - Diretor Presidente **Wellington Rodrigo Bezerra** - Contador - CRC SP 248319 Q9

Santana Administração de Bens Próprios S/A

CNPJ 00.278.328/0001-74 - NIRE 35.300.511.654

Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os acionistas a se reunirem às 14hs30min, do dia 29/04/2022, à Praça Joaquim Caetano, nº 18, Pedreira/SP, para deliberar a seguinte ordem do dia: (i) apreciar as contas da diretoria, o balanço patrimonial, o demonstrativo de resultados e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2021; (ii) eleger os membros da Diretoria para o mandato de 01 ano (05/2022 a 04/2023) e fixar a respectiva remuneração global mensal para o exercício social de 2022; (iii) tratar de assuntos diversos de interesse geral dos acionistas. Pedreira/SP, 06/04/2022. **Diretoria**: Ana do Carmo dos Santos Gouveia Lenzi; Mateus Lopes; Sérgio Ruas Dias Mauricio.

Empreendimentos Imobiliários Caracol S/A

CNPJ 53.859.120/0001-05 - NIRE 35.300.055.578

**Assembleia Geral Ord

CCP MARFIM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ: 09.597.890/0001-35 - Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3600, 14º andar, CEP: 04538-132 - São Paulo - SP - Telefone (11) 3018-7600

Relatório da Administração

Senhores acionistas, atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31/12/2021.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 *(Valores expressos em milhares de Reais - R$)*

ATIVO	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.855	5.118
Contas a receber	5	13.303	7.607
Adiantamento a fornecedores		421	421
Demais contas a receber	6	2.151	454
Total do ativo circulante		**28.730**	**13.600**
Não Circulante			
Contas a receber	5	5.749	4.962
Impostos a compensar		13	9
Depósitos judiciais		156	156
Demais contas a receber	6	1.081	2.414
Investimentos	7	1.217	1.166
Propriedades para investimento	8	388.112	394.737
Total do ativo não circulante		**396.328**	**403.444**
Total do Ativo		**425.058**	**417.044**

PASSIVO	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Débitos com parceiros	9	13.992	13.730
Fornecedores		99	87
Impostos e contribuições a recolher	10	1.611	1.254
Débitos com parceiros nos empreendimentos		340	340
Receita res-operara a Apropriar (cessão de direito de uso)		374	470
Dividendos a pagar		9.661	5.802
Total do passivo circulante		**26.077**	**21.683**
Não Circulante			
Debêntures	9	68.028	81.629
Impostos e contribuições diferidos	11	135	199
Receita res-operara a Apropriar (cessão de direito de uso)		421	700
Provisão para contingências	12	62	-
Total do passivo não circulante		**68.646**	**82.528**
Patrimônio líquido			
Capital social	13	276.060	273.229
Adiantamento para futuro aumento de capital	13	3.903	2.831
Reserva Legal	13	4.079	3.056
Reserva de Lucros	13	46.293	33.717
Total do patrimônio líquido		**330.335**	**312.833**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**425.058**	**417.044**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 *(Em milhares de Reais - R$)*

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Receita Líquida	14	**40.056**	**34.070**
Custos	15	**(10.990)**	**(12.751)**
Lucro Bruto		**29.066**	**21.320**
Receitas (Despesas) Operacionais			
Comerciais	15	(1.681)	(1.693)
Gerais e administrativas	15	(553)	(721)
Equivalência patrimonial	7	51	74
Outras receitas (despesas) operacionais	17	2.049	(5.220)
		(134)	**(7.560)**
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		**29.932**	**13.760**
Receitas financeiras	16	577	816
Despesas financeiras	16	(4.921)	(4.263)
Resultado financeiro		**(4.414)**	**(3.448)**
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**25.118**	**10.320**
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Correntes	18	(4.660)	(3.959)
		(4.660)	**(3.959)**
Lucro Líquido do Exercício		**20.458**	**6.361**
Lucro básico por mil ações - R$	19	0,074	0,023

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 *(Em milhares de Reais - R$)*

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro Líquido do Exercício	**20.458**	**6.361**
Resultado Abrangente Total do Exercício	**20.458**	**6.361**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Indicadores	Média Ponderada 2021	Média Ponderada 2020
Crescimento da Receita	3,4%	3,2%
Inadimplência	4,2%	2,8%
Desconto médio sobre aluguel	5,4%	6,7%
Vacância Financeira	1,8%	3,9%
Taxa de Adm./Receita	2,0%	2,0%
Taxa de desconto	8,5%	6,5%

Utilizou-se como premissa para o Tietê Plaza Shopping a taxa de desconto real. Esta propriedade para investimento está dada em garantia para as debêntures da Companhia, conforme divulgada na nota explicativa nº 8.

9. Debêntures

Debêntures	Data da contratação	Encargos	Ref	31/12/2021	31/12/2020
Debêntures - 1ª emissão	15/12/2019	CDI	(a)	82.020	95.359
Total				**82.020**	**95.359**
Passivo circulante				13.992	13.730
Passivo não circulante				68.028	81.629

(a) Em 12 de dezembro de 2019, os acionistas da CCP Marfim aprovaram em assembleia geral extraordinária a realização da 1ª emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, a ser convolada na espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, sendo 110.000 debêntures com valor nominal de R$ 1, sendo o valor total da emissão de R$ 110.000. As debêntures rendem juros equivalentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI, acrescida de 1,13% ao ano (base 252 dias úteis) e o vencimento é em 15/12/2027. O valor do principal e juros serão pagos mensalmente a partir de janeiro de 2020. A operação está adimplemente de todas as obrigações previstas na escritura de emissão. O saldo desta debêntures em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 82.020 (31 de dezembro de 2020 é de R$ 95.359). A movimentação das debêntures para o período findo em 31 de dezembro de 2021 pode ser assim representada:

Descrição	
Saldo em 31/12/2020	**95.359**
Pagamento de principal debêntures	(13.749)
Pagamento de juros	(4.509)
Juros provisionados	4.772
Comissões apropriadas	148
Saldo em 31/12/2021	**82.020**

O saldo do não circulante das debêntures em 31 de dezembro de 2021 tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano	Valores
2023	13.606
2024	13.606
2025	13.606
2026	13.606
2027	13.606
Saldo em 31/12/2020	**68.028**

Garantias: As debêntures contam com Alienação Fiduciária de Imóvel e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em garantia do portual, além da integral adimplemento de todas as obrigações previstas na "Escritura de Emissão, nos termos dos respectivos Contratos de Garantia".

A operação está adimplemente de todas as obrigações previstas na escritura de emissão.

10. Impostos e contribuições a recolher

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
IRRF	5	4
IRPJ	1.052	820
CSLL	381	298
PIS	42	22
COFINS	131	110
Total	**1.611**	**1.254**

11. Impostos e contribuições diferidos: A Companhia possui os seguintes impostos e contribuições diferidos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Total da Res-operata	**931**	**1.369**
PIS	6	9
COFINS	28	42
IRPJ	74	109
CSLL	27	39
Total	**135**	**199**

12. Contingências: Os processos julgados com probabilidade de perda provável pelos nossos advogados somam o montante de R$ 62 em 31 de dezembro de 2021. Em 18 de fevereiro de 2021, foi aprovada o aumento de capital social no montante de R$ 2.831 que correspondeu a 2.831.436,93 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo a totalidade integralizada por meio da capitalização de créditos decorrentes de adiantamento para futuro aumento de capital. **b. Reserva de lucros:** O lucro do exercício é destinado à constituição de reservas, sendo que 5% destina-se a constituição de reserva legal, cujo saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 4.079 (R$ 3.056 em 31 de dezembro de 2020). Em 18 de fevereiro de 2021 em ata de assembleia geral extraordinária - AGE foram aprovados a distribuição de R$ 1.000 referente a lucros apurados durante o exercício de 2020, os quais foram pagos integralmente no decorrer de 2021. Este montante de R$ 1.000 refere-se ao dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2020 que estava provisionado no passivo. Em 30 de novembro de 2021 em ata de assembleia geral extraordinária - AGE foram aprovados a distribuição de R$ 2.000 referente a lucros apurados de 1º de janeiro de 2021 a 31 de outubro de 2021, os quais foram pagos integralmente no decorrer de 2021 e foram reduzidos do montante de reserva de lucros no patrimônio líquido a título de dividendos adicionais no exercício de 2021. **c. Destinação do lucro líquido do exercício:** O lucro líquido do exercício, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação: • 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado. • 25% do saldo, após a apropriação para reserva legal, serão destinados para pagamento de dividendo mínimo obrigatório à todos os acionistas. • O saldo, após a apropriação da reserva legal e destinação para dividendos, serão destinados para reserva de lucros, mediante orçamento de capital. Aos acionistas é assegurada a distribuição de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	20.458	6.361
(-) Constituição de reserva legal - 5%	(1.023)	(318)
Resultado do exercício após constituição de reserva legal	**19.436**	**6.043**
(-) Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	4.859	1.511
Dividendos a pagar em 1º de janeiro	**5.802**	**4.861**
Pagamentos realizados no período	(3.000)	(3.500)
Dividendos adicionais provisionados	2.000	2.500
Dividendos obrigatórios provisionados	4.859	1.511
Dividendos a pagar em 31 de dezembro	**9.661**	**5.802**
Retenção de lucros	14.576	4.532
c. Adiantamento para futuro aumento de capital: A Companhia possui saldo de adiantamento para futuro aumento de capital em 31 de dezembro de 2021 no montante de R$ 3.903 (R$ 2.831 - 2020), o qual foi capitalizado em 09 de março de 2022, conforme nota explicativa 24.

14. Receita líquida: Representa aluguéis de shopping centers, registrados por competência em relação aos contratos firmados entre a Companhia e os locatários, e a receita de Cessão de Direito de Uso (CDU) apropriada durante o exercício. A composição das receitas é conforme segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Receita de Aluguel	40.456	34.696
Receita de CDU	603	695
Receita bruta	**50.008**	**39.191**
Descontos concedidos (a)	(7.395)	(3.293)
Impostos sobre receita	(1.557)	(1.315)
Deduções	**(9.352)**	**(5.112)**
Receita líquida	**40.056**	**34.070**

(a) Os descontos concedidos em 31 de dezembro de 2021 foram impactados pelo efeito dos descontos relacionados a Covid-19, que estão descritos na nota 5.b.

15. Custos e despesas por natureza: A seguir as despesas e os custos classificados de acordo com a natureza, para os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Custos de Locação	**(10.049)**	**(11.964)**
Áreas Vagas	(3.744)	(5.151)
Manutenção	320	(189)
Depreciação e Amortização	(6.625)	(6.625)
Custos de vendas	**(941)**	**(787)**
Total Custos	**(10.990)**	**(12.751)**
Despesas Comerciais	**(1.681)**	**(1.693)**
Comissões	(1.329)	(1.076)
Allowance	(352)	(617)
Despesas Gerais e Administrativas	**(553)**	**(721)**
Serviços Profissionais e Contratados	(553)	(721)
Total despesas	**(2.234)**	**(2.414)**
Total Custos e Despesas	**(13.224)**	**(15.165)**

16. Resultado financeiro: O resultado financeiro para os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são assim constituídos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Resultado financeiro	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Despesas financeiras:		
Juros e Variação monetária	(4.835)	(4.035)
Impostos sobre operações financeiras	(7)	(4)
Demais despesas bancárias	(149)	(225)
Total despesas financeiras	**(4.991)**	**(4.264)**
Receitas financeiras:		
Juros Ativos	37	22
Rendimento de aplicações financeiras	123	188
Demais receitas financeiras	417	606
Total receitas financeiras	**577**	**816**
Resultado financeiro líquido	**(4.414)**	**(3.448)**

17. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Reversão/(Provisão) de/para créditos de liquidação duvidosa	2.049	(5.011)
Outras receitas (despesas)		(209)
Total outras receitas (despesas) operacionais líquidas	**2.049**	**(5.220)**

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 *(Em milhares de Reais - R$)*

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**25.118**	**10.320**
Ajustes para conciliar o resultado do caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais:		
Depreciação das propriedades para investimento	6.625	6.624
Equivalência patrimonial	(51)	(74)
Juros e variações monetárias sobre debêntures	4.772	4.009
Amortização de comissões sobre debêntures	148	173
Provisão (reversão) de créditos de liquidação duvidosa	(2.049)	5.011
Provisão para contingências	62	-
Decréscimo (acréscimo) em ativos		
Contas a receber	(4.434)	(9.737)
Impostos e contribuições a compensar	(4)	(1)
Demais contas a receber	(364)	781
(Decréscimo) acréscimo em passivos		
Fornecedores	12	33
Impostos e contribuições a recolher	(3.946)	330
Receita res-operara a Apropriar (cessão de direito de uso)	(353)	(564)
Demais contas a pagar	-	(8)
Dividendos a pagar	3.859	(353)
Juros pagos	(4.509)	(4.002)
Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) pagos	(4.303)	(4.073)
Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades Operacionais	**20.585**	**8.469**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	3.903	2.831
Pagamento de empréstimo (principal)	(13.749)	(13.748)
Dividendos pagos	(3.000)	(3.500)
Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Financiamento	**(12.846)**	**(14.417)**
Aumento (Diminuição) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	**7.737**	**(5.948)**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	5.118	11.066
No final do exercício	12.855	5.118
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**7.737**	**(5.948)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

18. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda (25%) e a contribuição social sobre o lucro (9%) são calculados de acordo com os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. Conforme facultado pela legislação fiscal, a Companhia optou pela sistemática de lucro presumido.

Descrição	31/12/2021 IR	31/12/2021 CS	31/12/2020 IR	31/12/2020 CS
Receita Bruta	50.463	50.463	39.818	39.818
Descontos concedidos	(7.795)	(7.795)	(3.797)	(3.797)
Percentual lucro presumido	32%	32%	32%	32%
Subtotal	**13.654**	**13.654**	**11.527**	**11.527**
Receitas Financeiras	123	123	188	188
Percentual lucro presumido	100%	100%	100%	100%
Subtotal	**123**	**123**	**188**	**188**
Percentual IRPJ e CSLL	15%	9%	15%	9%
Expectativa de Imposto de renda e contribuição social	**2.067**	**1.240**	**1.727**	**1.054**
Limite adicional	240	-	240	-
10% Adicional de Imposto de Renda	1.354	-	1.147	-
Imposto de renda e contribuição social debitadas no resultado	**3.420**	**1.240**	**2.905**	**1.054**
Total imposto de renda e contribuição social	**4.660**		**3.959**	

19. Resultado por ação: O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui potenciais fatores diluidores do lucro, portanto o lucro diluído é equivalente ao lucro básico.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Resultado líquido do exercício	20.458	6.361
Quantidade de ações	276.060.142	273.228.706
Lucro básico por ação - R$	0,074	0,023

20. Instrumentos financeiros: Estrutura de Gerenciamento de risco: A administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e aderência dos limites definidos. **a. Riscos de crédito:** Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem primariamente em caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia mantém contas-correntes bancárias com instituições aprovadas pela Administração com o objetivo de diversificação de risco. As operações da Companhia compreendem a administração de locações de imóveis de renda em shopping center, estando todos eles regidos por contratos específicos, os quais possuem determinadas condições e prazos, estando substancialmente indexados à inflação anualmente. A Companhia adota procedimentos específicos de seletividade e análise da carteira de clientes, visando prevenir perdas por inadimplência. Como política de provisão para crédito de liquidação duvidosa, a Companhia considera as parcelas vencidas acima de 360 dias. Esse critério foi definido após análise detalhada do histórico de comportamento de contas a receber dos clientes, no qual foram avaliadas as perdas efetivas de acordo com o aging do contas a receber nos últimos 5 anos. A partir de 2018 também adotamos um critério para determinar o percentual de perda esperada sobre o saldo remanescente do contas a receber. Esse percentual também foi definido através da análise do comportamento do contas a receber dos clientes associado a análise das projeções de indicadores econômicos relacionados ao nosso segmento de mercado. **b. Riscos de liquidez:** O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado de modo a garantir que a geração operacional de caixa, ao longo do período de recessão, quando necessária, seja suficientes para a manutenção do seu crescimento de compromissos, não gerando risco de liquidez para a Companhia.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021	Menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 5 anos	Total
Debêntures	13.267	41.247	27.506	82.020
Fornecedores	99	-	-	99
	13.366	**41.247**	**27.506**	**82.119**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020	Menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 5 anos	Total
Debêntures	13.730	41.247	40.382	95.359
Fornecedores	87	-	-	87
	13.817	**41.247**	**40.382**	**95.446**

c. Riscos de mercado: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas, os quais de juros sobre debêntures estão mencionadas na nota explicativa nº 9. As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na nota explicativa nº 4.

c.1. Demonstrativo de análise de sensibilidade

Operação	Risco	Base 31/12/2021	Cenário provável	Cenário possível - stress 25%	Cenário remoto - stress 50%
Ativo					
			9,25%	6,94%	4,63%
CDI	Decréscimo do Indice	12.855	1.189	892	595
Passivo					
			9,25%	11,56%	13,88%
CDI	Acréscimo do Indice	82.020	7.587	9.484	11.380

Definiu-se a taxa provável para a CDI acumulado para os próximos 12 meses de 9,25% ao ano com base nas taxas divulgadas pelo relatório FOCUS do Banco Central. ***d. Valorização dos instrumentos financeiros:*** O valor justo dos ativos e passivos financeiros é o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo: • Equivalentes de caixa, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações e recebíveis de curto prazo, mensurados pelo custo amortizado, se aproximam de seus respectivos valor de mercado, devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. • Os títulos e valores mobiliários são remunerados pelo CDI, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença significativa para o valor de mercado.

e. Categoria dos instrumentos financeiros

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Classificação CPC 48
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	12.855	5.118	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber	19.052	12.569	Custo Amortizado
Passivos financeiros			
Fornecedores	99	87	Custo Amortizado
Debêntures	82.020	95.359	Custo Amortizado

f. Operações com instrumentos derivativos: Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía operações com derivativos.

21. Gestão do capital social: O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital otimizada, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamento de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, entre outros. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida debêntures, menos disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa):

	31/12/2021	31/12/2020
Debêntures	82.020	95.359
Total da dívida bruta	**82.020**	**95.359**
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(12.855)	(5.118)
Dívida líquida	**69.165**	**90.241**
Patrimônio líquido	**330.335**	**312.833**
Dívida líquida/PL	20,94%	28,84%

22. Seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para bens suscetíveis a riscos, para cobrir eventuais sinistros considerando a natureza de sua atividade. Considerando que temos um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado cobertura compatível com o porte e operações. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. As coberturas de seguros são: (a) Estrutura e imóvel, shopping centers: R$ 503.687.

23. Outros assuntos: Sobre o impacto do COVID: O Tietê Plaza Shopping teve suas operações suspensas, com exceção dos serviços essenciais, a partir da segunda metade de março, mais especificamente no dia 18 de março de 2020. A partir do dia 11 de junho de 2020, o shopping iniciou a retomada de suas atividades. O Tietê Plaza Shopping retornou às operações em horário integral de funcionamento somente a partir do dia 10 de outubro de 2020. A operação obsevou em todo este período protocolos rígidos de limpeza e saúde. Além disso, o shopping continua trabalhando com limitação de capacidade de veículos e pessoas e restrições de operações que possam gerar aglomerações, de acordo com as recomendações das respectivas autoridades governamentais. No final do mês de dezembro de 2020, os shoppings do Estado de São Paulo foram submetidos a novas restrições que impediram o seu funcionamento por alguns finais de semana, estendendo-se ao longo de janeiro de 2021 com reduções do horário de funcionamento. No mês de março de 2021, foi anunciadas novas restrições operativas com o objetivo de conter o avanço da mutação da população e da redução do número de casos da COVID-19, as restrições foram reduzidas e as atividades gradativamente voltaram à capacidade normal. Porém, alguns lojistas seguem em recuperação um pouco mais lenta por conta do histórico negativo que impactou sua saúde financeira. Ao longo dos meses de janeiro e fevereiro de 2022, a performance de vendas do Tietê Plaza Shopping ficou em linha com as vendas dos mesmos meses em 2019, período pré-pandemia. O índice de ocupação do shopping em fevereiro/2022 era de 94,9%, 0,1 ponto percentual abaixo do indicador em fevereiro de 2019.

24. Eventos subsequentes: Em 09 de março de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Companhia, mediante a emissão de 3.903.180 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas, no montante de R$ 3.903.

3. Pronunciamentos contábeis

• Novas requerimentos atualmente em vigor

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de janeiro de 2020	Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatárias em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06)
1º de janeiro de 2021	Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)

A Companhia avaliou e não identificou nos assuntos acima aplicabilidade para seus negócios até 31 de dezembro de 2021.

• Futuros requerimentos: A tabela abaixo apresenta as alterações recentes nas normas que deverão ser aplicadas a partir de sua data efetiva. A adoção antecipada não é permitida para entidades que reportam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021, o que se aplica a esta Companhia.

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de abril de 2021	Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatárias em contratos de arrendamento após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06)
1º de janeiro de 2022	Contratos Onerosos - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25) Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27) Referências à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15)
1º de janeiro de 2023	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26 e CPC 23) Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) Definição de estimativa contábil (alterações ao CPC 23) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32)

4. Caixa e equivalentes de caixa: Referem-se a caixa, saldos bancários e aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (CDB) e operações compromissadas lastreadas em debêntures, que são remuneradas a taxas que se aproximam da variação do CDI (variam entre 75% e 100%) e para as quais inexistem penalidades ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato, além do direito de exigir a recompra a qualquer momento. O saldo de caixa e equivalentes de caixa enquadram-se na categoria de valor justo por meio do resultado - VJR.

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	3	2.004
Aplicações financeiras	12.852	3.114
Total caixa e equivalentes de caixa	**12.855**	**5.118**

5. Contas a receber: Representado por:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Locações	14.306	12.495
Descontos a apropriar (b)	10.253	7.630
Sub total aluguel a receber	**24.559**	**20.125**
Provisão créditos liquidação duvidosa (a)	(6.507)	(7.556)
Total do grupo contas a receber	**19.052**	**12.569**
Circulante	13.103	7.607
Não Circulante	5.749	4.962

(a) Para o contas a receber referente ao Tietê Plaza Shopping, a Companhia adota a perda esperada como política de provisão para créditos de liquidação duvidosa. O contas a receber dos locatários com saldos vencidos acima de 360 dias são provisionados em sua totalidade (100%), ou seja, saldos vencidos e a vencer. Para o contas a receber dos demais locatários que não possuem saldos vencidos acima de 360 dias, a Companhia adota como política de perda para crédito de liquidação duvidosa, o provisionamento de acordo de acordo com o percentual de perda esperada calculado levando em consideração uma análise individual e histórica para o Shopping em conjunto com as condições econômicas, financeiras e políticas atuais e futuras que poderiam corrigir a taxa de perda histórica, conforme demonstrado a seguir:

Shopping	Percentual de perda esperada aplicada ao contas a receber em aberto e a vencer abaixo de 360 dias
Shopping Tiête Plaza	3,31%

A provisão para créditos de liquidação duvidosa estava sendo apresentada na rubrica de "Despesas com Vendas". No decorrer de 2021, a Administração optou por apresentar essa provisão na rubrica de "Outras despesas operacionais líquidas", veja nota explicativa nº 17, para melhor apresentação das informações financeiras, efetuamos a reclassificação do saldo comparativo referente ao período de 2020. (b) Durante os meses de abril, maio e setembro de 2020, em função da pandemia de COVID-19, que trouxe impactos diretos nas operações da Companhia, a Administração optou por oferecer descontos de até 100% nos valores locatícios, vinculados ao pagamento adimplente das despesas de condomínio comum. Essas reduções são aplicáveis para os meses acima referidos de 2020 com pagamentos em maio, setembro e julho e não serão compensadas em outros períodos remanescentes dos contratos de arrendamento. A Companhia ofereceu descontos individuais por lojas para os meses de julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro e em 2021 também ocorreram descontos em todos os meses. Dessa forma, essa condição será tratada como uma modificação do fluxo do contrato de arrendamento e, consequentemente, resultará em um reconhecimento de seus efeitos de forma linear de acordo com o prazo remanescente de cada contrato, como previsto pelo CPC 06(R2). O saldo de locação a receber em 31 de dezembro de 2021 tem a seguinte composição, por vencimento:

	31/12/2021	31/12/2020
À Vencer		18.810
Operações vencidas < 360 dias		1.413
Operações vencidas > 360 dias		4.336
Saldo a Receber	**24.559**	
Saldo a Receber	**20.125**	

O saldo do não circulante em 31 de dezembro de 2021 tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

2023	4.945	
2024	619	
2025	68	
2026	40	
2027	77	
Saldo em 31/12/2021	**5.749**	

6. Demais contas a receber: Representadas por:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Allowance (a)	785	568
Comissões	1.376	1.700
Outros	1.660	600
Total demais contas a receber	**3.232**	**2.868**
Circulante	2.151	454
Não Circulante	1.081	2.414

a) Contas a receber de gastos referentes às adequações das salas alugadas os quais são amortizados com base no contrato de locação.

7. Investimentos em controladas: (a) As principais informações da investida em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 estão assim representadas:

Investimentos	Ativo 31/12 2021	Ativo 31/12 2020	Passivo 31/12 2021	Passivo 31/12 2020	Patrimônio Líquido 31/12 2021	Patrimônio Líquido 31/12 2020	Resultado 31/12 2021	Resultado 31/12 2020
Tietê Administradora Ltda.	1.242	1.187	25	21	1.217	1.166	51	74

(b) As movimentações e composições dos investimentos diretos da companhia podem ser assim apresentadas:

Investimentos	% Participação	31/12/2020	Equivalência Patrimonial	31/12/2021
Tietê Administradora Ltda.	100,00%	1.166	51	1.217

8. Propriedades para investimento: As propriedades para investimento são registradas inicialmente ao valor de custo, e posteriormente depreciadas, e consistem em imóveis que são alugados pela Companhia. Os saldos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são assim representados:

Descrição	% Depreciação	31/12/2020	Depreciações	31/12/2021
Edifícios	2% a 2,7%	351.076	(6.501)	344.575
Terrenos		37.000	-	37.000
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2%	6.661	(124)	6.537
Total		**394.737**	**(6.625)**	**388.112**

A Companhia optou pelo registro a valor de custo reduzido pela depreciação das propriedades para investimentos. Abaixo demonstramos o comparativo entre o valor de custo e o valor justo das propriedades para investimento, calculado anualmente, para fins de análise de recuperabilidade:

Propriedade	Valor justo em 31/12/2021	Valor contábil em 31/12/2021	Mais valia bruta não registrada
Tietê Plaza Shopping	852.308	388.112	464.196

Propriedade	Valor justo em 31/12/2020	Valor contábil em 31/12/2020	Mais valia bruta não registrada
Tietê Plaza Shopping	898.865	394.737	505.088

A avaliação para o Tietê Plaza Shopping foi efetuada internamente em 31 de dezembro

...continuação

CCP MARFIM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
CCP Marfim Empreendimentos Imobiliários S.A. - São Paulo - SP
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da CCP Marfim Empreendimentos Imobiliários S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CCP Marfim Empreendimentos Imobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.
Valor recuperável e valor justo das propriedades para investimentos: Veja a notas explicativas nº 2.3.5, nº 2.3.7 e nº 8 das demonstrações financeiras.
Principal assunto de auditoria: As propriedades para investimento são apresentadas nas demonstrações financeiras pelo valor de custo reduzido pela depreciação calculada pelo método linear e considerando a vida útil econômica dos bens, e caso o valor contábil líquido exceda o valor recuperável, é registrada uma perda por redução ao valor recuperável, devendo divulgar o seu valor justo nas notas explicativas. A determinação do valor justo, o qual também é utilizado na avaliação do valor recuperável desses ativos, leva em consideração premissas suportadas nas condições de mercado existentes, tais como, projeção de receitas futuras de aluguel inadimplência, descontos sobre aluguel, vacância financeira, taxa de administração e taxa de desconto. A definição dessas premissas envolve um alto grau de julgamento da Companhia e qualquer alteração nessas premissas pode impactar significativamente o valor justo e o valor recuperável e do valor justo desses ativos nas demonstrações financeiras. Como consequência consideramos esse assunto como relevante para a nossa auditoria.
Outra auditoria anteriormente emitida sem ressalva: Com base no parecer técnico de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a metodologia de avaliação, razoabilidade dos cálculos matemáticos e razoabilidade e consistência dos dados e premissas adotadas para determinação do valor justo das propriedades para investimentos e suas respectivas divulgações em notas explicativas na avaliação efetuada pela Companhia com informações contratuais e dados históricos, e comparamos o valor justo das propriedades para investimento com o valor contábil para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos (impairment) e com a divulgação nas notas explicativas, respectivamente. Adicionalmente, avaliamos as divulgações efetuadas pela Companhia em atendimento aos normativos contábeis, principalmente quanto às premissas e metodologia adotadas na avaliação do valor justo das propriedades para investimentos e suas respectivas divulgações efetuadas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis a mensuração do valor recuperável das propriedades para investimentos e as divulgações do valor justo no contexto das demonstrações financeiras individuais.
Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente de causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras, internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes quando existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações financeiras individuais. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para embasar nossa opinião. O risco de não detectar distorção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2022

Auditores Independentes Ltda.
CRC SP014428/6-6

Eduardo Tomazelli Remedi
Contador CRC 1SP-259915/O-0

UHE SÃO SIMÃO ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 27.352.303/0001-20
NIRE nº 35.300.502.329
AVISO AOS ACIONISTAS

A **UHE SÃO SIMÃO ENERGIA S.A.** informa que se acha à disposição dos acionistas, na sede desta Companhia, situada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, Torre Norte, 27° andar, sala 1, Vila Nova Conceição, em São Paulo/SP, os documentos de que trata o Artigo 133 da Lei n° 6404/76, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2021. São Paulo, 06 de março de 2022. A Administração. (06, 07 e 08/04)

SPIC Brasil Energia Participações S.A.

CNPJ/MF nº 27.317.702/0001-50
NIRE nº 35.300.502.060
AVISO AOS ACIONISTAS

A **SPIC Brasil Energia Participações S.A.** informa que se acha à disposição dos acionistas, na sede desta Companhia, situada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, Torre Norte, 27° andar, sala 3, Vila Nova Conceição, em São Paulo/SP, os documentos de que trata o Artigo 133 da Lei nº 6404/76, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2021. São Paulo, 06 de março de 2022. A Administração. (06, 07 e 08/04)

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº **1012724-11.2021.8.26.0005**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara da Família e Sucessões do Foro Regional V-São Miguel Paulista Estado de São Paulo,Dr(a).Mario Masanori Fujita, na forma da Lei, etc. Faz saber que nos autos de Alteração do Regime de Bens do Casamento, Laércio Braz Santos e Adriana de Souza Vieira Santos, objetivam alterar o regime de bens do casamento, passando do atual regime de comunhão parcial para separação total de bens. Nestas condições, expede-se edital com o prazo de 30 dias, para que terceiros interessados se manifestem nos autos, sob pena de serem acolhos os fatos. Será o edital afixado e publicado na forma da Lei. O presente edital é expedido nos termos do artigo 734, § 1º do CPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 30 de março de 2022. (07/08)

América do Sul Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF 48.778.401/0001-01
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Convocamos os Senhores Acionistas a se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária no dia 28/04/2022, às 09:00 horas, na Av. Brig. Luís Antônio, 2344 - 13º andar, São Paulo, Capital**, a fim de deliberarem sobre a seguinte **ordem do dia: a)** Tomada de contas dos administradores; exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2021, as quais se encontram disponíveis no endereço acima; **b)** Eleição dos membros da Diretoria com mandato até a AGO de 2024; **c)** Fixação da remuneração mensal dos Diretores; **d)** Outros assuntos de interesse da Sociedade. São Paulo, 05/04/2022. As. **Roberto Yoshihiro Nishio** - Diretor Presidente.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1011722-88.2019.8.26.0005. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional V - São Miguel Paulista, Estado de São Paulo, Dr(a). LUCILIA ALCIONE PRATA, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **MATEUS BARBOSA GUIMARÃES**, Brasileiro, Solteiro, RG 201.700.295D-1, CPF 409.060.958-59, com endereço -ço à Rua Aracarama, 305, Vila São José (Itaim Paulista), CEP 08140-400, São Paulo-SP, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Money Plus Sociedade de Crédito Ao Microempreendedor e À Empresa de Pequeno Porte Ltda. Encontrando-se ele em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **INTIMAÇÃO**, por EDITAL, do/doqueo realizado às fls. 186, no valor de R$ 3.640,02, através do Sistema SisBaJud e para querendo impugnar no prazo de quinze dias, que, começará a fluirá após do decurso do prazo deste edital. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 25 de fevereiro de 2022. 07 e 08.04

PROVU SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

(Anteriormente denominada Launch Sociedade de Crédito Direto S.A.)
CNPJ(ME) nº 42.627.615/0001-92

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - Valores em R$ 1.000

A t i v o	31/12/21	P a s s i v o	31/12/21
Circulante	**3.007**	**Circulante**	**1.936**
Disponibilidades	**1.484**	**Instrumentos financeiros**	**1**
Instrumentos financeiros	**66**	Credores	1
Operações de crédito	66	**Outros passivos**	**1.935**
Outros ativos	**1.457**	Cobrança, arrec. tributos e assemelhados	11
Outros créditos - Diversos	6	Fiscais e previdenciárias	126
Despesas antecipadas	1.451	Diversas	1.798
Total do ativo	**3.007**	**Patrimônio líquido**	**1.071**
		Capital:	3.000
		De Domiciliados no país	3.000
		(Prejuízos acumulados)	(1.929)
		Total do passivo e patrimônio líquido	**3.007**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Semestre findo em 31/12/2021 e período de 1º/06/2021 a 31/12/2021 - Valores em R$ 1.000

	2ª-Sem 21	01/06/2021 a 31/12/2021
Receitas de intermediação financeira	**72**	**72**
Operações de crédito	4	4
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	68	68
Resultado bruto da intermediação financeira	**72**	**72**
Outras receitas/despesas operacionais	**(2.001)**	**(2.001)**
Despesas de pessoal	(751)	(751)
Outras despesas administrativas	(1.275)	(1.275)
Despesas tributárias	(8)	(8)
Outras receitas operacionais	33	33
Resultado operacional	**(1.929)**	**(1.929)**
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	**(1.929)**	**(1.929)**
Prejuízo do semestre/período	**(1.929)**	**(1.929)**
Nº de ações	**3.000.000**	**3.000.000**
Prejuízo por ação - R$	**(0,64)**	**(0,64)**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Semestre findo em 31/12/2021 e período de 1º/06/2021 a 31/12/2021 - Valores em R$ 1.000

	2ª-Sem 21	01/06/2021 a 31/12/2021
Resultado líquido do semestre/período	**(1.929)**	**(1.929)**
Resultado Abrangente	-	-
Resultado Abrangente Total	**(1.929)**	**(1.929)**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto)
Semestre findo em 31/12/2021 e período de 1º/06/2021 a 31/12/2021 - Valores em R$ 1.000

	2ª-Sem 21	01/06/2021 a 31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do semestre e período	**(1.929)**	**(1.929)**
	(1.928)	(1.928)
Variação de ativos e obrigações	3.412	412
(Aumento) redução em instrumentos financeiros ativos	2.934	(66)
(Aumento) redução de outros ativos	(1.457)	(1.457)
Aumento (redução) em instrumentos financeiros passivos	1	1
Aumento (redução) em outros passivos	1.935	1.935
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**1.484**	**(1.516)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimento pela integralização de capital	-	3.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**-**	**3.000**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**1.484**	**1.484**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/período	1.484	1.484

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Semestre findo em 31/12/2021 e período de 1º/06/2021 a 31/12/2021 - Valores em R$ 1.000

Semestre de 01/07/21 a 31/12/21			
	Capital Realizado	**Prejuízos Acumulados**	**T o t a l**
Saldos no início do semestre em 01/07/21	3.000	-	3.000
Prejuízo do semestre	-	(1.929)	(1.929)
Saldos no fim do semestre em 31/12/21	3.000	(1.929)	1.071
Mutações do semestre:		(1.929)	(1.929)

Período de 01/06/21 a 31/12/21			
	Capital Realizado	**Lucros ou Prejuízos Acumulados**	**T o t a l**
Saldos no início do período em 01/06/21	-	-	-
Aumento de capital	3.000		3.000
Prejuízo do período		(1.929)	(1.929)
Saldos no fim do período em 31/12/21	3.000	(1.929)	1.071
Mutações do período:	3.000	(1.929)	1.071

ADEMIR DE ARAUJO - Diretor **REINALDO DANTAS** - Contador CRC 1SP 110330/O-6

As Demonstrações Contábeis na íntegra encontram-se na sede da empresa.

NESLIP S.A.

C.N.P.J.M.F. nº 19.654.466/0001-39 - NIRE 35.300.178.785
Aviso aos Acionistas

Ficam comunicados os Senhores Acionistas da **NESLIP S.A.**, em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei 6.404/76, que os documentos e informações relacionados às matérias da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 27/04/2022, às 10:00 horas, a ser realizada de forma virtual, encontram-se à disposição dos Acionistas na sede NESLIP S.A. Comunicamos ainda, que a publicação dos documentos exigidos pela legislação aplicável será oportunamente realizada pela Companhia nos jornais costumeiros.

São Paulo, 05 de abril de 2022.
Luiz Otávio Possas Gonçalves - Presidente do Conselho.

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1069724-50.2020.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Tom Alexandre Brandão, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a Lisley Cristina Pereira Fernandes ME, CNPJ 23.371.245/0001-20, e Lisley Cristina Pereira Fernandes, RG 271294310, CPF 264.950.028-07, que lhes foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Money Plus Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e À Empresa de Pequeno Porte Ltda. objetivando a cobrança da quantia de R$ 108.893,90 (novembro/2022), referente ao inadimplemento das parcelas oriundas da Cédula de Crédito Bancário – CCB, firmada em 08/01/2019, anexa aos autos. Encontrando-se as rés em lugar incerto e não sabido, foi determinada a **CITAÇÃO** por EDITAL, para em 03 dias efetuarem o pagamento integral da dívida atualizada, ocasião em que o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade ou oferecer bens (suficientes) à penhora, sob pena de penhora de bens e sua avaliação; podendo, no prazo de 15 dias, oferecer embargos, ambos a fluir após o prazo de 20 dias deste edital. No prazo para embargos, poderão as executadas requerer seja admitido o parcelamento do débito, nos termos do art. 916, do CPC. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de março de 2022. 07 e 08.04

Certificadora de Créditos Imobiliários e Participações S.A.

CNPJ/ME nº 15.761.956/0001-83 - NIRE 35.300.519.124
Assembleia Geral Extraordinária a ser Realizada em 18 de Abril de 2022 - Edital de Convocação

Ficam convocados os acionistas da **Certificadora de Créditos Imobiliários e Participações S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Eduardo de Souza Aranha, 95, 13º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-120, registrada no Número de Identificação do Registro de Empresas (NIRE) 35.300.519.124 e inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 15.761.956/0001-83 (**"Companhia"**), nos termos do artigo 124, parágrafo 1º, inciso I, da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (**"Lei das Sociedades por Ações"**), a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 18 de abril de 2022, as 11:00 horas (**"Assembleia"**), na sede da Companhia, a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) eleição de 1 (um) membro para o Conselho de Administração da Companhia, em substituição de membro que apresentou renúncia ao seu cargo, para completar o prazo restante do seu mandato, ou seja, até a posse dos membros do Conselho de Administração que serão eleitos ou reeleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2022. **Instruções e Informações Gerais: 1.** Nos termos da legislação aplicável, os documentos e informações relacionados às matérias referidas acima se encontram à disposição dos acionistas na sede da Companhia. **2.** O acionista ou seu representante legal deverá comparecer na Assembleia munido de documento hábil a comprovar sua identidade. **3.** O acionista que desejar ser representado por procurador deverá outorgar instrumento de mandato, com poderes especiais, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Solicita-se que, sendo possível, o instrumento de mandato, acompanhado de cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do acionista para representação na Assembleia, seja depositado no escritório da Companhia localizado na Rua Doutor Eduardo de Souza Aranha, 99, 13º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-120, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou enviados para o endereço eletrônico ajarzinski@certificadora.imb.br, com antecedência de até 3 (três) dias úteis da data marcada para a realização da Assembleia. **4.** A Companhia informa que intensificou medidas de proteção e higienização de seus ambientes para receber os acionistas que comparecerem na Assembleia. Não obstante, solicita-se que, sendo possível, os acionistas enviem confirmação de presença para o endereço eletrônico ajarzinski@certificadora.imb.br, para que seja possível mobilizar equipe para garantir o atendimento dos protocolos de todas as medidas de segurança. **5.** Informações adicionais poderão ser solicitadas para o endereço eletrônico ajarzinski@certificadora.imb.br. São Paulo, 07 de abril de 2022. **Fernando Maia de Oliveira Cruz** - Conselho de Administração

Almeida Junior Shopping Centers S.A.

CNPJ/ME 82.120.676/0001-83
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

O Conselho de Administração, representado por sua presidente, Sra. Heloisa Helena Kretzer de Almeida, com fundamento no Estatuto Social e na Lei 6.404/1976, convoca todos os acionistas da **Almeida Junior Shopping Centers S.A.**, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 29 de abril de 2022, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.277, 16º andar, conjunto 1604, São Paulo, SP, no dia 29 de abril de 2022, às 12:00 horas, em primeira convocação, e às 12:30 horas, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas, a fim de deliberarem sobre as seguintes ordem do dia: **a)** Análise, discussão e aprovação do Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício de 2021; **b)** Deliberar sobre a destinação do lucro/prejuízo líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e a distribuição de dividendos. **c)** Fixação da remuneração global da Diretoria e do Conselho de Administração para o exercício de 2022.

São Paulo/SP, 07 de abril de 2022
Heloisa Helena Kretzer de Almeida - Presidente do Conselho de Administração

Baumer S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 61.374.161/0000-30 - NIRE 35.300.027.213
Convocação para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam os acionistas da Baumer S.A. convocados para a Assembleia Geral Ordinária e para Assembleia Geral Extraordinária da **Baumer S.A.**, companhia aberta, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 61.374.161/0001-30, com sede nos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35.300.027.213, registrada na Comissão de Valores Mobiliários sob o código 00156-2, com sede na cidade de Mogi Mirim, estado de São Paulo, na Avenida Prefeito Antônio Tavares Leite, nº 181, CEP 13.803-030 ("**Companhia**"), na modalidade **Semipresencial**, a ser realizada no dia **29 de abril de 2022**, as 16h30, na sede da Companhia, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(a) em sede de Assembleia Geral Ordinária: (1)** exame, discussão e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial, Demonstrações Financeiras, e Parecer da Auditoria, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021; **(2)** destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; **(3)** fixação da remuneração anual dos membros da Diretoria; **(4)** eleição dos membros do Conselho Fiscal; **(5)** exame, discussão e votação da proposta do Conselho de Administração para aumento de capital da Companhia de R$ 41.000.000,00 para R$ 51.000.000,00, através de incorporação de parte do saldo da conta de Reservas de Retenção de lucros; **(6)** exame, discussão e votação da proposta do Conselho de Administração para aprovar a autorização para aumento de capital, em até 50.000.000,00, independente da reforma do Estatuto, nos termos do artigo 168 da Lei 6.404/76; e **(b) em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (1)** exame, discussão e votação da proposta do Conselho de Administração de alteração e consolidação do Estatuto Social no que se refere ao Capítulo II - Do Capital Social e Ações, Artigo 7º; **(2)** exame, discussão e votação da proposta do Conselho de Administração de alteração e consolidação do Estatuto Social no que se refere ao Capítulo III - Da Administração, Artigo 10º; **(3)** exame, discussão e votação da proposta do Conselho de Administração de alteração e consolidação do Estatuto Social no que se refere ao Capítulo III - Da Administração, Artigo 11º; e **(4)** exame, discussão e votação da proposta do Conselho de Administração de alteração e consolidação do Estatuto Social no que se refere ao Capítulo VI - Do exercício social, Balanço e demonstrações de resultados, Artigo 33º. Informações Gerais: Para participar da AGOE, por si, seus representantes legais ou procuradores, os senhores acionistas deverão encaminhar à Companhia os seguintes documentos: (i) documento hábil de identidade do acionista, se for seu representante; (ii) documento de identidade e procuração no poderes do representante do acionista pessoa jurídica ou do gestor ou administrador no caso de fundos de investimento; e (iii) instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação por acionista (Procurador"). Solicita-se aos acionistas que, antecipadamente, enviem os documentos por e-mail ri@baumer.com.br com até 72 (setenta e duas) horas de antecedência da realização da AGOE, observado que os acionistas que comparecerem presencialmente à AGOE poderão dela participar e votar se estiverem munidos dos documentos, acima citados e de modo presencial ou virtual, conforme a Companhia. A participação dos acionistas na AGOE, será de forma SEMIPRESENCIAL, na sede da Companhia, localizada na Avenida Prefeito Antônio Tavares Leite, 181, Distrito Industrial I José Marangoni, CEP 13.803-030, na cidade de Mogi Mirim/SP e de forma digital, acessível por aplicativo "ZOOM", cujo acesso será disponibilizado pela Companhia, através do correio eletrônico ri@baumer.com.br, 24 horas antes da realização da assembleia. Para maiores instruções, acesse https://bit.ly/AGO-29-04-2022. Mogi Mirim, 07 de abril de 2022. Ruy Salvari Baumer, Presidente do Conselho de Administração.

IGUAÇU CELULOSE, PAPEL S/A

CNPJ/MF: 81.304.727/0001-64 – NIRE: 4130001022-6
ATA DA 77ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 01 DE MARÇO DE 2022

DATA, HORÁRIO E LOCAL: Ao 1º (primeiro) dia do mês de março de 2022, às 9:30 (nove horas e trinta minutos), na sede social da Iguaçu Celulose, Papel S.A., localizada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Alfred Nobel, nº 635, Bairro Cidade Industrial de Curitiba – CIC, CEP 81.170-280 ("Companhia") **CONVOCAÇÃO E QUÓRUM:** Dispensada a convocação, conforme faculta o artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo sido constatada a presença da acionista representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia. **PRESENÇAS:** Presentes: **(i)** a acionista representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas; **(ii)** o Diretor da Companhia José Felipe Mata De Rangel Moreira Cavalcanti; **(iii)** Evans de Siqueira, consultor e; **(iv)** Jeovan César Rauen Lopes, advogado. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Paulo Roberto Pizani, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, industrial, residente e domiciliado no Município de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Carmelo Rangel, nº 1.320, Batel, com Cédula de Identidade-RG nº 570.297-6/SSP-PR e inscrito no CPF/ME sob nº 565.677.828-20. Secretário: Raimar Sternadt, brasileiro, viúvo, administrador de empresas, residente e domiciliado em Curitiba (PR) na Rua Hellen Keller, 360, Capão Raso, com Cédula de Identidade-RG nº 831.615/SSP-PR, inscrito no CPF/ME sob nº 004.417.329-68. **ORDEM DO DIA:** Aprovação do Protocolo e Justificativa de Cisão Parcial desta Companhia firmado nesta data, com a incorporação da parcela cindida para **IGUAÇU EMBALAGENS INDUSTRIAIS LTDA.**, conforme apresentado pela administração da Companhia ("Protocolo"); **(ii)** Ratificação da nomeação e contratação de empresa especializada para elaboração do laudo de avaliação do acervo cindido da Companhia ("Acervo Cindido"), de acordo com seu valor patrimonial contábil na data base de 31 de janeiro de 2022 ("Laudo de Avaliação"); **(iii)** Aprovação do Laudo de Avaliação; **(iv)** Aprovação da cisão parcial desta Companhia com a incorporação do Acervo Cindido pela Iguaçu Embalagens, nos termos do Protocolo ("Cisão Parcial"); **(v)** Redução do Capital Social da Companhia nos termos do Protocolo e conforme valores estabelecidos no Laudo de Avaliação; **(vi)** Consolidação do Estatuto Social da Companhia; e **(vii)** Ratificação da Diretoria. **DELIBERAÇÕES:** Foram aprovados, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas: **(i)** O protocolo de cisão parcial, o qual é parte desta assembleia geral extraordinária na forma de **Anexo I** ("Protocolo"), firmado em 01/03/2022, entre esta companhia e a sociedade **IGUAÇU EMBALAGENS INDUSTRIAIS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 84.958.185/0001-17, com sede em São José dos Pinhais, Estado do Paraná, na Alameda Santa Monica, nº 01, parte, Bairro Silveira da Motta, CEP 83.030-550, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE nº 41.2.0493848, por despacho em sessão de 21/01/2022. **(ii)** A ratificação da fixação do critério de avaliação contábil com data base de 31 de janeiro de 2022 apresentado no Protocolo e da contratação e nomeação da seguinte empresa especializada: **ÉES CONSULTORIA TUTELARIA E CONTABIL EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob nº 29.482.496/0001-69 e NIRE na JUCEPAR sob o nº 41600656938, cadastrada no CRCPR-09702/O-7, com sede na Rua Senador Saraiva, nº 373, Conjunto 203, Bairro São Francisco, Curitiba Paraná, CEP 80510-300, representada por seu administrador **Evans de Siqueira**, brasileiro, contador, casado, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 4.625.576-3, inscrito no CPF/MF sob nº 840.644.809-10 e CRC-PR sob nº 33.053/O-4, para realização da avaliação necessária e elaboração do Laudo de Avaliação do Acervo Cindido, nos termos do artigo 227 da Lei das S.A.**(iii)** O Laudo de Avaliação apresentado pela empresa especializada, o qual se encontra anexo ao presente ato na forma de **Anexo II** ("Laudo de Avaliação"); **(iv)** A Cisão Parcial desta Companhia, com versão do Acervo Cindido à Iguaçu Embalagens, sem solidariedade entre a Companhia e a Iguaçu Embalagens, nos termos do parágrafo único do artigo 233 da Lei das S.A., de modo que a Iguaçu Embalagens suceda a Companhia e seja responsável unicamente com relação aos direitos e obrigações que compõem o Acervo Cindido indicado no Laudo de Avaliação e no Protocolo, sem qualquer solução de continuidade nas atividades da Companhia. **(v)** Como consequência da aprovação da Cisão Parcial, é aprovada também a redução do Capital Social da Companhia no valor de R$ 4.646.196,00 (quatro milhões, seiscentos e quarenta e seis mil cento e noventa e seis reais), sendo, portanto, canceladas 17.823.855 (dezesseis milhões, oitocentas e vinte e três mil, oitocentas e cinquenta e cinco) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal do capital social. Assim, o Capital Social da companhia de R$ 61.838.286,01 (sessenta e um milhões, oitocentos e trinta e oito mil, duzentos e oitenta e seis reais e um centavo), passa a ser de R$ 57.192.090,01 (cinquenta e sete milhões, cento e noventa e dois mil e noventa reais e um centavo), dividido em 219.401.737 (duzentas e dezenove milhões, quatrocentas e uma mil, setecentas e trinta e sete) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, conforme previsto no Protocolo. De acordo com a alteração pactuada Em o Artigo 5º do Estatuto Social com a seguinte redação: *"Artigo 5º (1) capital social, inteiramente subscrito e integralizado, é de R$ 57.192.090,01 (cinquenta e sete milhões, cento e noventa e dois mil e noventa reais e um centavo), dividido em 219.401.737 (duzentas e dezenove milhões, quatrocentas e uma mil, setecentas e trinta e sete) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal."* **(vi)** Consolidação do Estatuto Social da Companhia. **vii)** Ratificação da Diretoria atual da Companhia, conforme eleição realizada na 338ª Reunião do Conselho de Administração, a saber: (a) **José Felipe Mata de Rangel Moreira Cavalcanti**, brasileiro, solteiro, administrador, residente e domiciliado em Curitiba (PR), na Rua Alferes Ângelo Sampaio, nº 2.808, apartamento 1.201, CEP 80.730-460, Bairro Bigorrilho, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.708.212-0/SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob nº 066.

Empresa de Transmissão Baiana S.A.

Alupar | APOLLO energia

ETB - Empresa Transmissora Baiana S.A.

CNPJ nº 24.870.961/0001-15

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas nos termos da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: www.etbenergia.com.br e https://www.jornaldiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31/12/2021 e 2020. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Ativo	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	**251.270**	**246.759**
Caixa e equivalentes de caixa	713	311
Investimento de curto prazo	54.048	71.823
Concessionárias e permissionárias	20.611	18.713
Impostos a recuperar	1.220	5.981
Adiantamento a fornecedores	33.194	20.578
Ativo contratual da concessão	141.360	129.227
Outros ativos	124	160
Não circulante	**1.381.801**	**1.244.109**
Concessionárias e permissionárias	3	–
Ativo contratual da concessão	1.380.933	1.243.686
Depósitos judiciais	46	–
Direito de uso sobre arrendamento	819	423
Total do ativo	**1.633.071**	**1.490.902**

Passivo	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	**115.136**	**127.249**
Debêntures	14.546	12.788
Arrendamentos a pagar	581	112
Fornecedores	7.363	14.096
Salários, férias e encargos sociais	1.525	1.612
Tributos e contribuições sociais a recolher	3.207	3.296
Contribuições diferidas	13.075	11.952
Dividendos - Partes relacionadas	26.717	37.686
Provisões pré-operacionais	37.327	44.053
Adiantamento de clientes	8.666	1.221
Outros passivos	2.129	433
Não circulante	**1.135.509**	**1.025.056**
Debêntures	840.527	757.584
Arrendamentos a pagar	270	348
Imposto de renda e contribuição social diferidos	161.527	151.708
Contribuições diferidas	127.736	115.040
Provisão para contingências	60	–
Adiantamento de clientes	5.389	376
Patrimônio líquido	**382.426**	**338.597**
Capital social	100.244	100.244
Reservas de lucros	282.182	238.353
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.633.071**	**1.490.902**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Descrição	Capital social	Reserva Legal	Especial para dividendos não distribuídos	Reserva de lucros a realizar	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**65.164**	**5.660**	**26.695**	–	**85.004**	–	**182.523**
Transferência da Reserva de lucros para Reserva de lucros a realizar	–	–	–	85.004	(85.004)	–	–
Aumento de Capital	35.080	–	–	–	–	–	35.080
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	158.680	158.680
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	–	7.934	–	–	–	(7.934)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(37.686)	(37.686)
Reserva de lucros a realizar	–	–	–	113.060	–	(113.060)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**100.244**	**13.594**	**26.695**	**198.064**	–	–	**338.597**
Dividendos adicionais	–	–	(26.695)	(15.250)	–	–	(41.945)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	112.491	112.491
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	–	5.624	–	–	–	(5.624)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(26.717)	(26.717)
Reservas de lucros	–	–	–	–	80.150	(80.150)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**100.244**	**19.218**	–	**182.814**	**80.150**	–	**382.426**

Demonstração do Resultado

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	**282.275**	**655.563**
Custos operacionais	**(15.418)**	**(369.379)**
Lucro bruto	**266.857**	**286.184**
Receitas (despesas) operacionais		
Administrativas e gerais	(1.553)	(365)
Pessoal	(1.786)	–
Outras receitas	127	–
	(3.212)	**(365)**
Lucro antes do resultado financeiro	**263.645**	**285.819**
Despesas financeiras	(143.379)	(36.689)
Receitas financeiras	2.044	730
	(141.335)	**(35.959)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**122.310**	**249.860**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(9.819)	(91.180)
	(9.819)	**(91.180)**
Lucro líquido do exercício	**112.491**	**158.680**

Demonstração do Resultado Abrangente

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	**112.491**	**158.680**
(+/-) Outros resultados abrangentes da companhia	–	–
Resultado abrangente do exercício	**112.491**	**158.680**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	**102.587**	**(263.374)**
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	**19.961**	**268.120**
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(122.146)**	**(4.746)**
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	**402**	**–**
Demonstração do aumento em caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do período	311	311
Saldo no final do período	713	311
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	**402**	**–**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional: A ETB - Empresa de Transmissão Baiana S.A. ("Companhia" ou "ETB), com sede na Rua Gomes de Carvalho 1996 - 15º andar, conjunto 151, Sala U, Vila Olimpia - São Paulo - SP, foi constituída em 24 de maio de 2016 e tem como propósito específico planejar, implantar, construir, operar e manter infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. que detém 51% das ações ordinárias. Adicionalmente, a Perfin Apollo Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura detém 49% das ações ordinárias. A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão

Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
011/2016	30	2046	R$ 155.331	IPCA

(*) A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o recebimento de Receita Anual Permitida (RAP), a partir da data da disponibilização das instalações para a operação comercial que será reajustada anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está prevista contratualmente revisões da RAP para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão. RAP do ciclo 2021-2022, conforme resolução homologatória nº 2.895. Em 24 de julho de 2020 a Companhia obteve autorização para início da operação comercial do trecho compreendido pela Linha de Transmissão de 500 kV Buseri - Ourolândia II e em 23 de outubro de 2020, recebeu do ONS, na mesma data, o Termo de Liberação Definitivo - TLD, autorizando o início da operação comercial do trecho composto pela Linha de Transmissão de 500 kV Bom Jesus da Lapa II - Gentio do Ouro II, a partir de 16 de outubro. O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na nota explicativa "Ativo contratual da concessão". **2. Apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 07 de março de 2022. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização do contrato de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação da margem de lucro, determinação das receitas de infraestrutura e de operação e manutenção, determinação da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas. *Contabilização do contrato de concessão:* Na contabilização do contrato de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação de infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção como ativo contratual. *Momento de reconhecimento do ativo contratual:* A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo contratual com base nas características econômicas do contrato de concessão, na medida em que satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão e na medida que incorre com gastos de operação e manutenção, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contraparti a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, observando as margens de construção. Após a entrada em operação comercial inicia-se o reconhecimento da receita de O&M calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. *Determinação da margem de lucro:* A margem de lucro é calculada para cada tipo de obrigação de performance. A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica que prevalece na mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra. A margem de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão. *Determinação da taxa de desconto do ativo contratual:* A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento que considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro do ativo contratual na data do início do contrato de concessão em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita, por meio da Revisão Tarifária Periódica - RTP, que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como outras receitas/ despesas) operacionais no resultado. *Determinação das receitas de implementação de infraestrutura:* Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura a medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto. *Determinação das receitas de operação e manutenção:* Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo presstabelecido considerando a margem de operação e manutenção, conforme contraprestação dos serviços. *PV (Parcela variável):* A Companhia dispõe de um percentual, apurado com base nas PV's históricas para cobrir os eventuais custos com perturbações no sistema elétrico. **3. Sumário das principais práticas contábeis: 3.1 Reconhecimento da receita:** Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: **3.1.1 Receita de implantação de infraestrutura:** Refere-se à receita relativa a obrigação de performance relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos, corrigido pelo índice inflacionário e do diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a Companhia utiliza um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceiros parte dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do exercício, por esse motivo os projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios. **3.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão:** Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e de leilão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início do contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. **3.1.3 Receitas de operação e manutenção:** As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios. As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas a correção monetária pela variação do IPCA e ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, registrados no passivo circulante e não circulante. **3.1.4 Receitas de juros:** A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. **3.2 Ativo contratual da concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissão de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Ocorre a cessão de posse desses bens, que são operados nas condições previstas no contrato de concessão, para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente a contraprestação daquele mês é transferida para concessionárias e permissionárias. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é estimado no início da concessão ou em eventual prorrogação, sendo formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, sendo as premissas de sua mensuração revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Esse recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início do projeto da Companhia, que é de 9,50% a.a; e (ii) atualizado pelo IPCA. A remuneração recebida ou a receber é alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos ao valor recuperável é registrado como ativo sejam identificáveis separadamente. Os ativos da concessão são classificados como: *Contas a receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias:* Após o término da fase de construção, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, mensalmente, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro ao custo amortizado, é registrada em concessionárias e permissionárias, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. **3.3 Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Investimentos de curto prazo são classificados como "valor justo por meio do resultado". Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial. **3.4 Provisão para redução ao valor de recuperável de ativos:** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos. **3.5 Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, debêntures contraídas sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. **3.6 Instrumentos financeiros - Apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executível de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.7 Encargos regulatórios:** Os encargos regulatórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Ministério de Minas e Energias (MME), são programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. E os valores da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), são incidentes sobre a transmissão de energia elétrica e são equivalentes a 0,4% da RAP. Estes saldos estão refletidos no passivo circulante e não circulante na rubrica "Contribuições e encargos regulatórios diferidos", o valor destinado a esses programas, conforme período previsto para a realização dos investimentos. **3.8 Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. **3.8.1 Provisões para demandas judiciais e administrativas:** As provisões para demandas judiciais e administrativas são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.9 Arrendamentos:** A Companhia avalia, na data de início do contrato aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente do contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento. **3.10 Tributação: 3.10.1 Tributos sobre a receita:** As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,6%. **3.10.2 Imposto de renda e contribuição social correntes:** O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime de lucro real. A Companhia possui incentivo fiscal aprovado pela SUDENE até 31 de dezembro de 2030, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração. Conforme a Resolução nº 323/2018 do Ministério da Integração Nacional e Laudo Constitutivo nº 19/2021, a Companhia possui direito à fruição do novo benefício a partir da entrada em operação do projeto de ampliação da infraestrutura. **3.10.3 Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Tributos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Tributos diferidos passivos são mensurados à alíquota de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço. **3.11 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021:** A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2021 as normas abaixo, contudo, não há efeito material nas demonstrações contábeis. • Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência; • Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021. **3.12 Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas. • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações serão válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis. As alterações serão válidas para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023; Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. As alterações são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. **4. Patrimônio líquido: 4.1 Capital social:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Companhia é de R$ 100.244 composto por 255.897 mil ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é a seguinte:

	31/12/2021 e 2020	
	Quantidade	%
Acionistas		
Alupar Investimento S.A.	130.508	51%
Perfin Apollo Energia FIP-IE	125.389	49%
Total das ações	**255.897**	**100%**

4.2 Reserva legal e destinação do resultado

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão direito a receber dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado.

Destinação do resultado	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**112.491**	**158.680**
Constituição de reserva legal (5%)	(5.624)	(7.934)
Subtotal	**106.867**	**150.746**
Dividendos mínimos obrigatórios	(26.717)	(37.686)
Reserva de lucros a realizar	–	(113.060)
Reserva de lucros	(80.150)	–
Saldo de lucros/(prejuízos) acumulados	–	–

A Diretoria

Contadora: Patrícia Nalini Sávio Ferreira - CRC 1 SP 237063/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço www.etbenergia.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 07 de março de 2022, sem modificações.

RICARDO NAHAT, Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, FAZ SABER a todos que o presente edital virem e interessar possa que, por Kleber Gonçalves Flores, foi lhe apresentado, para registro, a escritura de 05 de janeiro de 2022, do 10º Tabelião de Notas da Capital-SP (livro 2.809/fls.073/077), pela qual Kleber Gonçalves Flores, policia civil, RG nº 29.713.077-8-SSP/SP, CPF nº 219.280.398-20, convivente em união estável sob o regime da comunhão parcial, com Maria Beatriz Pastor Minervino, administradora de empresas, RG nº 33.571.881-4-SSP/SP, CPF nº 310.046.788-43, brasileiros, solteiros, maiores, domiciliados nesta Capital, residentes na Rua Elisa Silveira nº 327, INSTITUIU EM BEM DE FAMÍLIA de acordo com os artigos 1.711 e seguintes do Código Civil Brasileiro, bem como de conformidade com a Lei 6.015/73, o imóvel consistente em UM PRÉDIO E RESPECTIVO TERRENO, situado na Rua Elisa Silveira nº 327, parte dos lotes nºs 64 a 70 da quadra A, localizado à 44,00m da Rua Dona Brasilina, medindo 7,00m de frente, por 26,50m da frente aos fundos, de ambos lados tendo 6,00m nos fundos, encerrando a área de 172,60m², confrontando do lado direito de quem do imóvel olha para a rua com a casa nº 321, do lado esquerdo com a casa nº 333, e nos fundos com propriedade de Paulo Palma de Carvalho e sua mulher e outros. Dito imóvel foi havido pelo instituidor, nos termos escritura de 19 de abril de 2007, e registrado sob nº 03 na matrícula nº 32.193, em data de 13 de outubro de 2010, do 8º Oficial de Registro de Imoveis desta Capital. Pelo presente edital, fica avisado a quem se julgar prejudicado, que deverá dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação deste, na imprensa local, reclamar contra a aludida instituição, por escrito, perante o Oficial deste Registro Imobiliário, à Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, das 9 às 16 horas. São Paulo, 05 de abril de 2022.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0008826-97.2021 8.26.0554 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro de Santo André, Estado de São Paulo, Dr(a). Bianca Ruffolo Chopinal, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) EMPREITEIRIA ÉREA VERDE S/C LTDA, CNPJ 04.168.675/0001-66 e NATALINA FERREIRA RODRIGUES, Brasileira, Solteira, Auxiliar Administrativa, RG 35.434.381-6, CPF 293.723.988-96 que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Roger Pereira Vaqare Barbosa Pereira. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$83.234,24 (oitenta e três mil, duzentos e trinta e quatro reais e vinte e quatro centavos), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Santo André, aos 11 de junho de 2021. 08 e 09/04

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS.PROCESSO Nº0050878-90.2019.8.26.0100O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 23ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr.(a). GUILHERME SILVEIRA TEIXEIRA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) **ÁPICE EMPRESA DE TURISMO E EVENTOS EIRELI EPP**, inscrito no CNPJ nº 15.809.729-0001-36, com sede na Avenida Paulista, nº 1079, 7 e 8 andar, Bela Vista, São Paulo, CEP01311-200, que lhe foi proposta um incidente de desconsideração da personalidade jurídica, por parte de TONICADE COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA, alegando em síntese: que nenhum ativo financeiro da Executada ALMEIDA VIAGENS DO BRASIL LTDAfoi encontrado para fins de bloqueios on line para pagamento do débito constituído, que a empresa Executada foi adquirida pela empresa ÁPICE EMPRESADE TURISMO E EVENTOS EIRELI EPP, e que portanto, deverá ser decretada a desconsideração da sua personalidade jurídica, para que a continuidade da ação recaia sobre os bens da empresa Ré. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, 27/01/2021. 07 e 08/04

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS.PROCESSO Nº 1066506-78.2013.8.26.0100O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). TomAlexandre Brandão, na forma da Lei, etc. FAZSABER a corré JULIANA BERNARDELLI RODRIGUES RAMALHO (CPF 293.334.479-57), que PANAMERICANOADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA, lhe ajuizou uma AÇÃO DE COMPENSATÓRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/CONDENAÇÃO POR PERDAS E DANOS, PELO PROCEDIMENTO COMUM, contra também SUELY BERNARDELLI RODRIGUES, objetivando que seja a presente ação julgada totalmente procedente para que seja resitituído no prazo de 10 (dez) dias pelas rés, os formulários padronizados e numerados para a formalização das propostas de adesão dos grupos de consórcio(denominação Proposta de Adesão à Consórcio PAC), identificados pelos nºs 929735-2 e 929736-3, sob pena de multa diária de R$ 1.000,00 (mil reais) limitada a correção, por ora, a 100 (cem)dias, bem como para condenar as rés ao pagamento das custas processuais, honorários advocatícios e nas demais cominações legais. Estando a corré em lugar ignorado, foi deferida a sua citação por edital, para que, em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, a corré será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial (Art. 257, III, c 258 do CPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. 07 e 08/04

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1014290-98.2017.8.26.0004 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paul

BB lança crédito a caminhoneiros e títulos verdes a produtores rurais

Caminhoneiros e produtores rurais terão acesso a novas linhas de crédito do Banco do Brasil (BB) com juros reduzidos. A instituição financeira lançou na quinta-feira (7) uma linha de antecipação de frete para caminhoneiros e a emissão da primeira Cédula de Produto Rural (CPR-Preservação), que pretende remunerar produtores rurais que preservem o meio ambiente.

A linha de antecipação de fretes é semelhante à lançada pela Caixa Econômica Federal há dois meses. No caso do Banco do Brasil, os juros cobrados serão a partir de 1,79% ao mês, com a taxa final sendo definida conforme o perfil do tomador.

A empresa conveniada ao Banco do Brasil cadastra no sistema o pagamento dos fretes futuros. Os recursos ficarão automaticamente à disposição dos caminhoneiros, que poderão antecipar, a qualquer momento, o recebimento do frete mediante o pagamento de juros. Segundo o presidente do BB, Fausto Ribeiro, a instituição tem mais de 2,5 mil empresas de transporte que são correntistas e mais de 132 mil caminhoneiros autônomos como clientes.

"Considerando a renda média desses clientes, estamos falando de um potencial de quase R$ 8 bilhões por ano em fretes antecipados. E o Banco do Brasil está de braços abertos para receber todos os caminhoneiros e empresas do segmento para abrir as contas", declarou Ribeiro, durante o evento de lançamento.

Títulos verdes

Com o objetivo de apoiar produtores rurais na preservação do meio ambiente, o Banco do Brasil também lançou hoje o CPR-Preservação. Nessa modalidade de crédito, o produtor poderá monetizar a área preservada em sua propriedade, tendo como lastro para o financiamento a vegetação nativa do imóvel rural.

Segundo o BB, a nova ferramenta permitirá que os produtores tenham acesso a recursos adicionais para fazer frente aos custos de produção e de conservação. Na avaliação do banco, o novo título verde agregará valor aos produtos rurais.

O presidente do BB ressaltou que o novo instrumento tem um caráter inovador. "O Banco do Brasil estabelece um marco. Cria um parâmetro de repercussão mundial quando se fala em desenvolvimento do agronegócio e proteção do meio ambiente. Hoje anunciamos algo que reforça nossa parceria com os nossos clientes produtores rurais a partir de critérios que nos colocam na vanguarda mundial do crédito ambiental sustentável", afirmou.

Ribeiro afirmou que o novo instrumento só foi possível por causa da Nova Lei do Agronegócio, de 2020, e do decreto que estabeleceu normas mínimas de negociação para títulos verdes, editado no ano passado.

Também presente à solenidade de lançamento, o ministro da Economia, Paulo Guedes disse que a Cédula de Produto Rural é tão inovadora que o Brasil está discutindo a inclusão da ferramenta nas diretrizes ambientais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), grupo que reúne as economias mais industrializadas do planeta.

"O certificado verde é o primeiro certificado de pagamento pela preservação de serviços ambientais. Isso é tão inovador que estamos discutindo com a OCDE, lá fora, o terceiro pilar da política de conservação de florestas. Temos dois pilares atualmente", declarou.

Agradecimento

Presente à solenidade de lançamento, o presidente Jair Bolsonaro agradeceu aos caminhoneiros, que, segundo ele, estão sofrendo com o preço alto dos combustíveis. "Gostaria de agradecer, parabenizar a todos, que trabalharam nesse BB Antecipa Frete, que passa para juros de menos de 2% ao mês. Em qualquer posto, você paga 10% hoje em dia para antecipar frete. É uma agiotagem moderna que vai deixar de existir a partir de agora", declarou.

Bolsonaro disse que o governo está estudando benefícios fiscais a mototaxistas, como a isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados sobre motocicletas para a categoria. "Conversando com o Paulo Guedes, tem a isenção de IPI para táxi, pessoas com deficiência. Perguntei por que não tem para o mototaxista também. O ministro ficou de estudar e viabilizar caso seja possível o mais rápido possível", disse o presidente. (Agencia Brasil)

Saúde confirma primeiro caso de subvariante da Ômicron no país

Foi identificado o caso de mais uma variante do novo coronavírus no Brasil. O Instituto Butantan informou que encontrou uma pessoa infectada com a subvariante denominada XE, que mistura duas modalidades da Ômicron.

O caso foi confirmado pelo Ministério da Saúde, que divulgou nota anunciando que recebeu a notificação do Instituto Butantan. A pasta acrescentou que "mantém o constante monitoramento do cenário epidemiológico da covid-19".

A variante XE é uma combinação de duas cepas diferentes da Ômicron: BA.1 e BA.2. O primeiro caso foi mapeado na cidade de Londres, em janeiro deste ano. Segundo o Instituto Butantan, a taxa de crescimento da XE é 10% superior à da cepa BA.2.

Contudo, o Instituto informa que ainda não há evidências suficientes acerca de mudanças, vantagens e desvantagens da circulação a nova variante em aspectos como gravidade, transmissão e eficácia de vacinas já existentes. (Agencia Brasil)

Capes disponibiliza 3.561 bolsas a 213 instituições de ensino superior

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) disponibilizará 3.561 bolsas por meio da cota de pró-reitorias de pós-graduação. Deste total, 1.823 serão bolsas de mestrado e 1.738 de doutorado. Elas terão, como destino, 213 instituições de ensino superior e pesquisa, públicas e privadas.

De acordo com a entidade, 35% desses benefícios serão dirigidos a instituições das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O total anual a ser investido será R$ 70,2 milhões.

"Esse total se soma aos mais de 84 mil benefícios já concedidos pelos programas institucionais da Fundação", informa a Capes, referindo-se às novas vagas previstas pela Portaria nº 73, publicada no Diário Oficial da União de quinta-feira (7).

A portaria traz ainda alguns dos critérios a serem adotados para a alocação da cota de bolsas de estudo e auxílios escolares. Entre eles estão os cursos ofertados nos municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM); e os temas estratégicos que foram definidos pela pró-reitoria ou por órgão equivalente.

"A pró-reitoria, ou órgão equivalente na instituição, precisará definir e tornar público temas estratégicos onde serão aplicados esses benefícios, além de atender cursos ofertados em cidades de menor IDHM. Outros critérios poderão ser aplicados desde que os exigidos pela Capes sejam prioritários", explicou, em nota, a entidade.

Segundo a Capes, os demais critérios para concessão das bolsas serão mais detalhados em portaria específica. Essas especificações, acrescenta a entidade, levarão em conta o número de bolsas que a instituição já recebe pelos programas institucionais. Em 2022, a coordenação destinou 84.336 bolsas à pós-graduação brasileira. (Agencia Brasil)

Pequenas empresas geram 220 mil empregos em fevereiro, aponta Sebrae

Levantamento feito pelo Sebrae, com base em dados do novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), mostra que as micro e pequenas empresas (MPEs) apresentaram saldo positivo de geração de empregos em fevereiro.

Segundo a pesquisa divulgada na quinta-feira (7), os pequenos negócios foram responsáveis por 220.066 novos postos de trabalho no segundo mês de 2022, chegando a cerca de 67% do volume total, que inclui empreendimentos de todos os portes.

O setor de serviços foi o que mais contratou entre os micro e pequenos empreendimentos, somando 134.024 novos empregos. Na sequência, a construção civil registrou a abertura de 31.517 novos postos de trabalho.

Entre as regiões brasileiras, as micro e pequenas empresas do Centro-Oeste foram as que obtiveram o melhor desempenho, abrindo 27 mil novos empregos a cada mil já existentes. A região Norte vem em seguida, com 20 mil contratações. Já a região Sul fechou o mês com 17 mil contratações. O Sudeste e o Nordeste, respectivamente, garantiram 14 mil e 12 mil novos postos de trabalho.

Segundo o Sebrae, no acumulado de 2022, as MPEs criaram 304.525 novas vagas, o que equivale a 63,5% de todo o volume de empregos gerados este ano.

Apesar do desempenho no mês, o Caged aponta que, no acumulado dos dois primeiros meses de 2021, os micro e pequenos negócios detinham 82,1% do volume de novas vagas. O resultado caiu em 2022, quando as MPEs registraram um índice de 68,7% no volume de novas vagas. (Agencia Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS

Pelo presente edital publicado para conhecimento de terceiros e resguardo de direito, o Sr. RICARDO TADASHI WATANABE, brasileiro, solteiro, maior, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 27.845.XXX-1 e do CPF 195.239.XXX-40, por Escritura Pública de Revogação de Procuração, lavrada em 11 de fevereiro de 2022, Termo nº 2.227, lavrado às fls. 144, do Livro nº 8, de Escrituras e Registro de Títulos e Documentos do Consulado Geral do Brasil em Houston - Estados Unidos da América. REVOGOU os poderes outorgados à KARINA MISSAYO WATANABE, brasileira, solteira, maior, vendedora, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 27.845.XXX SSP/SP e do CPF/MF nº 286.536.XXX-56, na Procuração por Instrumento Público com os mais amplos poderes lavrada em 10 de julho de 2017, sob o nº 6.257 às fls. 051/055, do 7º Tabelião de Notas de São Paulo, de cuja revogação a anterior procuradora já foi devida e formalmente notificada. São Paulo, 08 abril de 2022.

COMPANHIA MÜLLER DE BEBIDAS
C.N.P.J. nº 03.485.775/0001-92 - NIRE 35.300.174.054
CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os acionistas da Companhia convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a se realizar, em primeira convocação, no dia 29.4.2022, às 10 horas para deliberar acerca da seguinte ordem do dia: "**(i)** deliberar acerca do relatório da administração, proposta de orçamento de capital e exame, discussão e votação das demonstrações financeiras auditadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31.12.2021; **(ii)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos referentes ao exercício social findo em 31.12.2021; e **(iii)** deliberar acerca da remuneração anual global máxima dos administradores". Enquanto perdurar a pandemia do COVID-19 a Companhia continuará a priorizar a saúde e a integridade física de seus acionistas e colaboradores. Por essa razão, a forma de realização desta assembleia ora convocada será virtual. Os dados confidenciais para acesso à plataforma Teams serão enviados por e-mail a todos os acionistas. **Henrique Souza e Silva Peretto** - Presidente do Conselho de Administração da Companhia. Pirassununga, 4 de abril de 2022. (08,09,12)

ZYZ Participações S.A. - *(Em Organização)*
Ata de Assembleia Geral de Constituição de Sociedade Anônima
Realizada em 29 de Novembro de 2021

Hora, Data, Local e Presença: Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de novembro de 2021, às 08:00 (oito) horas, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Luiz Migliano, nº 1986, cj. 1618, Jardim Caboré, CEP 05711-001, reuniram-se em primeira convocação os fundadores da **ZYZ Participações S.A.** ("Companhia"), subscritores da totalidade das ações emitidas pela Companhia nesta data. **Mesa:** Por indicação dos presentes, foi escolhida Paulina Klayn para presidir os trabalhos, que convidou Marcelo Nadur Vasconcellos para secretariá-la. **Ordem do Dia:** (i) Constituição da Companhia; (ii) Fixação do capital social da Companhia; (iii) Aprovação do Estatuto Social da Companhia; e (iv) Eleição dos membros da Diretoria. **Deliberações:** (i) Constituída a mesa, o Presidente, após verificar a regularidade da instalação da Assembleia, deu início aos trabalhos, comunicando ter em mãos o projeto do Estatuto Social da **ZYZ Participações S.A.**, já de conhecimento de todos, porém cujo teor foi lido a todos os presentes, o qual integra a presente ata na forma de Anexo I; (ii) De acordo com os Boletins de Subscrição, os quais integram a presente ata na forma de Anexo II, o capital social de R$ 1.000,00 (mil reais), será dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias nominativas, da mesma classe e sem valor nominal; (iii) Esclareceu o Presidente que o valor correspondente a 10% (dez por cento) do capital social subscrito já se encontrava integralizado pelos subscritores, na forma da lei e em moeda corrente nacional. Esclareceu, ainda, conforme art. 81 da Lei Federal nº 6.404/76, que o depósito referido no inciso III do art. 80 da Lei Federal nº 6.404/76 será realizado no prazo de 5 (cinco) dias contados da presente data; (iv) Terminada a leitura do projeto do Estatuto Social, foi o mesmo aprovado por unanimidade dos presentes, sem ressalvas ou oposições, esclarecendo o Presidente, por consequência, que tendo sido completadas todas as formalidades legais estava definitivamente constituída, para todos os fins de direito, a sociedade por ações, que girará sob a denominação social de **ZYZ Participações S.A.**; (v) A seguir, por unanimidade dos presentes, elegeram os Diretores da Companhia, todos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2024, permitida a reeleição, nos termos do Estatuto Social da Companhia: (a) **Paulina Klayn**, brasileira, solteira, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG 3.055.423-8 SSP/SP, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o nº 031.662.018-15, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Luiz Migliano, nº 1986, cj. 1618, Jardim Caboré, CEP 05711-001, para ocupar o cargo de Diretora Presidente da Companhia; e (b) **Marcelo Nadur Vasconcellos**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG 23.850.159 SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o nº 157.271.168-05, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Luiz Migliano, nº 1986, cj. 1618, Jardim Caboré, CEP 05711-001, para ocupar o cargo de Diretor Vice-Presidente da Companhia. Os membros da Diretoria ora eleitos assinam neste ato os respectivos Termos de Posse, que integram a presente ata na forma do Anexo III, e que serão lavrados no correspondente Livro de Registro de Atas de Reunião da Diretoria da Companhia no prazo de 30 (trinta) dias seguintes contados da realização da presente Assembleia, em conformidade com o disposto no parágrafo 1º do Artigo 149 da Lei nº 6.404/76. Ficou estabelecido que a remuneração da Diretoria será fixada em Assembleia Geral a ser realizada oportunamente na sede social da Companhia. **Declarações:** Os Diretores eleitos declararam, para os devidos fins, nos termos do disposto no art. 147, § 1º da Lei Federal nº 6.404/76, que não estão incursos em nenhum crime que os impeçam de exercer atividade mercantil, conforme declarações expressas constantes nos Termos de Posse de Diretoria que integram a presente ata na forma de Anexo III. **Encerramento:** Terminada a leitura, nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, como ninguém se manifestou, a assembleia foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura da Ata em livro próprio, nos termos do Artigo 130 da Lei Federal nº 6.404/76, a qual, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes, a saber: Acionistas Presentes: (i) Paulina Klayn; (ii) Marcelo Nadur Vasconcellos. Membros da Diretoria Eleitos Presentes: (i) Paulina Klayn; (ii) Marcelo Nadur Vasconcellos. A presente é cópia fiel de ata lavrada em livro próprio. Mesa: Paulina Klayn (Presidente), Marcelo Nadur Vasconcellos (Secretário). Visto do advogado: Pablo Nunes Pal Singh Nain - OAB/SP 372.320. JUCESP NIRE nº 3530058628-8 em 10.02.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

APOLLO HOLDING S.A. - *(Em Organização)*
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE ANÔNIMA
REALIZADA EM 7 DE FEVEREIRO DE 2022

HORA, DATA, LOCAL E PRESENÇA: Aos 7 (sete) dias do mês de fevereiro de 2022, às 08:00 (oito) horas, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Luiz Migliano, nº 1986, cj. 1618, Jardim Caboré, CEP 05711-001, reuniram-se em primeira convocação os fundadores da **Apollo Holding S.A.** ("Companhia"), subscritores da totalidade das ações emitidas pela Companhia nesta data. **MESA:** Por indicação dos presentes, foi escolhido Helio Antonio Cortez para presidir os trabalhos, que convidou Eliseu Caires Costa para secretariá-lo. **ORDEM DO DIA:** (i) Constituição da Companhia; (ii) Fixação do capital social da Companhia; (iii) Aprovação do Estatuto Social da Companhia; e (iv) Eleição dos membros da Diretoria. **DELIBERAÇÕES:** (i) Constituída a mesa, o Presidente, após verificar a regularidade da instalação da Assembleia, deu início aos trabalhos, comunicando ter em mãos o projeto do Estatuto Social da **Apollo Holding S.A.**, já de conhecimento de todos, porém cujo teor foi lido a todos os presentes, o qual integra a presente ata na forma de Anexo I; (ii) De acordo com os Boletins de Subscrição, os quais integram a presente ata na forma de Anexo II, o capital social de R$ 1.000,00 (mil reais), será dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias nominativas, da mesma classe e sem valor nominal; (iii) Esclareceu o Presidente que o valor correspondente a 10% (dez por cento) do capital social subscrito já se encontrava integralizado pelos subscritores, na forma da lei e em moeda corrente nacional. Esclareceu, ainda, conforme art. 81 da Lei Federal nº 6.404/76, que o depósito referido no inciso III do art. 80 da Lei Federal nº 6.404/76 será realizado no prazo de 5 (cinco) dias contados da presente data; (iv) Terminada a leitura do projeto do Estatuto Social, foi o mesmo aprovado por unanimidade dos presentes, sem ressalvas ou oposições, esclarecendo o Presidente, por consequência, que tendo sido completadas todas as formalidades legais estava definitivamente constituída, para todos os fins de direito, a sociedade por ações, que girará sob a denominação social de **Apollo Holding S.A.**; (v) A seguir, por unanimidade dos presentes, elegeram os Diretores da Companhia, todos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2025, permitida a reeleição, nos termos do Estatuto Social da Companhia: (a) **Helio Antonio Cortez**, brasileiro, viúvo, empresário, portador da Cédula de Identidade RG 2.724.494-5 SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o nº 053.743.168-34, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Luiz Migliano, nº 1986, cj. 1618, Jardim Caboré, CEP 05711-001, para ocupar o cargo de Diretor Presidente da Companhia; e (b) **Eliseu Caires Costa**, brasileiro, solteiro, maior e capaz, empresário, portador da Cédula de Identidade RG 66.885.265-3 SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o nº 065.185.875-55, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Luiz Migliano, nº 1986, cj. 1618, Jardim Caboré, CEP 05711-001, para ocupar o cargo de Diretor Vice-Presidente da Companhia. Os membros da Diretoria ora eleitos assinam neste ato os respectivos Termos de Posse, que integram a presente ata na forma do Anexo III, e que serão lavrados no correspondente Livro de Registro de Atas de Reunião da Diretoria da Companhia no prazo de 30 (trinta) dias seguintes contados da realização da presente Assembleia, em conformidade com o disposto no parágrafo 1º do Artigo 149 da Lei nº 6.404/76. Ficou estabelecido que a remuneração da Diretoria será fixada em Assembleia Geral a ser realizada oportunamente na sede social da Companhia. **DECLARAÇÕES:** Os Diretores eleitos declararam, para os devidos fins, nos termos do disposto no art. 147, § 1º da Lei Federal nº 6.404/76, que não estão incursos em nenhum crime que os impeçam de exercer atividade mercantil, conforme declarações expressas constantes nos Termos de Posse de Diretoria que integram a presente ata na forma de Anexo III. **ENCERRAMENTO:** Terminada a leitura, nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, como ninguém se manifestou, a assembleia foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura da Ata em livro próprio, nos termos do Artigo 130 da Lei Federal nº 6.404/76, a qual, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes, a saber: Acionistas Presentes: (i) Helio Antonio Cortez; (ii) Eliseu Caires Costa. Membros da Diretoria Eleitos Presentes: (i) Helio Antonio Cortez; (ii) Eliseu Caires Costa. A presente é cópia fiel de ata lavrada em livro próprio. Mesa: Helio Antonio Cortez (Presidente), Eliseu Caires Costa (Secretário). Visto do advogado: Pablo Nunes Pal Singh Nain - OAB/SP 372.320. JUCESP NIRE nº 3530058658-1 em 15.02.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

INTERCEMENT PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 10.456.140/0001-22 - NIRE 35.300.392.647
CERTIDÃO

Ata da reunião do conselho de administração realizada em 15 de março de 2022 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o nº 161.242/22-4 em 29/03/2022 - Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Pirapora Agropecuária S/A
CNPJ/MF nº 83.699.231/0001-62 - NIRE 35.300.48.401-1
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam os senhores acionistas da Pirapora Agropecuária S/A, convocados a se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária** que será realizada no dia 29 de abril de 2022, com início às 09:00 horas, na sede social da Companhia, situada na Av. Brig. Luís Antônio, nº 2.344, 13º andar, em São Paulo - SP, a fim de: **1)** Apreciar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar acerca das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; **2)** Fixar o limite de valor da remuneração anual dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Consultivo para o exercício social de 2022; e **3)** Outros assuntos de interesse social. São Paulo, 06/04/2022. **Márcio Koiti Takiguchi** - Diretor Presidente.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0002477-09.2022.8.26.0007. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VII - Itaquera. Estado de São Paulo, Dr(a). Alessander Marcondes França Ramos, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ELISÂNIA OLIVEIRA SILVA MARTIM, Brasileira, RG 294709009, CPF 178.489.038-80, com endereço à Rua Fernandes Pinheiro, 454, Vila Azevedo, CEP 03308-060, São Paulo - SP que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por S.I. Educação Moderna Ltda Me. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de 19.943,42, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 31 de março de 2022. 07 e 08/04

Drausuisse Brasil Comércio e Locação de Unidades Hidráulicas Inteligentes S.A.
CNPJ 31.180.635/0001-41 - NIRE 35.300.534.581
Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 18.02.2022

Data, Hora, Local: 18.02.2022, às 15hs, na sede, Av. Portugal, 46, Módulo 12, Itapevi, São Paulo. **Presença:** Todos os membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Evandro Luiz Coser. **Presidente**; Orlando Machado Junior. **Secretário. Deliberações Aprovadas:** Reelenção do Sr. **Luiz Fernandes Ghiggi**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, RG nº 6016659291, CPF 245.629.470-04, residente em Porto Alegre/RS, para o cargo de Diretor Presidente, e do Sr. **Paulo Fonseca Barcellos,** brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 60.566.41, CPF 010.407.808-14, residente em São Paulo/SP, para o cargo de Diretor sem designação específica, ambos para mandato de 02 anos, a contar desta data, observadas as atribuições previstas no Estatuto Social, notadamente as atribuições específicas previstas no Artigo 19 do Estatuto Social. Os Diretores ora reeleitos são investidos e tomam posse e declaram que não estão impedidos de exercer atividades mercantis. **Encerramento**: Nada mais. **Membros: Evandro Luiz Coser** - Presidente do Conselho de Administração; **Orlando Machado Junior** - Membro efetivo do Conselho de Administração; **Ércio Miguel Nema** - Membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, **Fábio Assis Pinto** - Membro efetivo do Conselho de Administração; **Paulo Cezar da Silva Nunes** – Membro independente do Conselho de Administração. **Diretores reeleitos: Luiz Fernandes Ghiggi** - Diretor Presidente; **Paulo Fonseca Barcellos** - Diretor Sem Designação Específica. JUCESP nº 159.119/22-4 em 25.03.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Drausuisse Brasil Comércio e Locação de Unidades Hidráulicas Inteligentes S.A.
CNPJ/NIRE: 31.180.635/0001-41 - NIRE nº 35.300.534.581
Extrato da Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 18.02.2022

Data, Hora, Local: 18.02.2022, às 10hs., com sede, Avenida Portugal, nº 46, Centro Logístico Itapevi 2, Módulo 12, Itapevi, São Paulo/SP, por meio digital, nos termos da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10.06.2020, de modo que os votos foram realizados mediante atuação remota dos Acionistas. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Orlando Machado Junior - Presidente; Ércio Miguel Nema - Secretário. **Deliberações Aprovadas:** A reeleição dos membros do Conselho de Administração, nos termos do Artigo 5º, III c/c Artigo 7º do Estatuto Social: **Evandro Luiz Coser**, brasileiro, casado, empresário, RG 212.678 SSP/ES, CPF/ME 416.958.287-04, residente em São Paulo/SP, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração; **Orlando Machado Junior**, brasileiro, casado, empresário, RG 7.341.188-7 SSP/SP CPF/ME 884.617.698-72, residente em São Paulo/SP, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração; **Ércio Miguel Nema**, brasileiro, casado, empresário, RG 18.047.699-3, CPF/ME 050.502.298-20, residente em São José dos Campos/SP, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração; **Fábio Assis Pinto**, brasileiro, advogado, casado, RG 44.042.900-6, CPF/ME 333.352.408-20, com domicílio em São José dos Campos/SP, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração e **Paulo Cezar da Silva Nunes**, brasileiro, casado, empresário, RG 700.056.905-8 SSP/RS, CPF/ME 185.816.920-87, residente em Porto Alegre/RS, para o cargo de Membro Independente do Conselho de Administração; todos com mandatos vigentes por 03 anos, nos termos do Artigo 10º do Estatuto Social, válidos, portanto, até 18.02.2025, sendo permitida a reeleição e podendo ser destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral, ficando vagos os cargos de suplentes dos membros ora reeleitos. Os Conselheiros reeleitos tomam posse mediante assinaturas dos respectivos termos de posse, declarando não estarem impedidos de exercerem atividades mercantis. **Encerramento:** Nada mais. Acionistas: Drau Participações Ltda., p.p. Guilherme Gomes Batista; e Coimex Empreendimentos e Participações Ltda., p.p. Orlando Machado Junior e José Alfredo de Freitas. Mesa: **Orlando Machado Junior** - Presidente, **Ércio Miguel Nema** - Secretário. Acionistas: **Drau Participações Ltda.** Guilherme Gomes Batista, **Coimex Empreendimentos e Participações Ltda**. Orlando Machado Junior e José Alfredo de Freitas. JUCESP nº 159.118/22-0 em 25.03.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

O SEGREDO PARA IR NA CONTRAMÃO DA CRISE

Recupere impostos para os seus clientes e lucre com isso, entre em contato para saber mais:

Bruno Oliveira - (11) 98840-8473

TRIBUTARIE
INTELIGÊNCIA TRIBUTÁRIA, PROJETOS E CONSULTORIA

www.jornalodiasp.com.br